Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I *Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade*

- * Regulamento (CE) n.º 1107/96 da Comissão, de 12 de Junho de 1996, relativo ao registo das indicações geográficas e denominações de origem nos termos do procedimento previsto no artigo 17.º do Regulamento (CEE) n.º 2081/92 do Conselho 1
- * Regulamento (CE) n.º 1108/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que altera o Regulamento (CEE) n.º 1445/76 que fixa as listas das diferentes variedades de *Lolium perenne* L. 11
- * Regulamento (CE) n.º 1109/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que adapta, no artigo 3.º do Regulamento (CEE) n.º 3950/92 do Conselho que institui uma imposição suplementar no sector do leite e dos produtos lácteos, a quantidade global relativa à Dinamarca e a nota de pé-de-página do quadro, relativa à Alemanha 13
- * Regulamento (CE) n.º 1110/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que estabelece, para o segundo semestre de 1996, medidas de gestão relativas à importação de certos animais vivos da espécie bovina 15
- * Regulamento (CE) n.º 1111/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, relativo à emissão de certificados de importação de bananas, no âmbito do contingente pautal, para o terceiro trimestre de 1996 e à apresentação de novos pedidos ⁽¹⁾ 22
- * Regulamento (CE) n.º 1112/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que altera o Regulamento (CE) n.º 1466/95 que estabelece as regras especiais de execução das restituições à exportação no sector do leite e dos produtos lácteos 24
- * Regulamento (CE) n.º 1113/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, relativo à abertura e modo de gestão de contingentes pautais de importação para touros, novilhas e vacas, com exclusão dos destinados ao abate, de certas raças alpinas e de montanha, para o período de 1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997 26

⁽¹⁾ Texto relevante para efeitos do EEE

* Regulamento (CE) n.º 1114/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que altera o Regulamento (CE) n.º 1600/95, que estabelece regras de execução do regime de importação e que abre contingentes pautais no sector do leite e dos produtos lácteos	32
Regulamento (CE) n.º 1115/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que altera os direitos de importação no sector dos cereais	36
Regulamento (CE) n.º 1116/96 da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas	39

II *Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade*

Parlamento Europeu

96/377/CECA, CE, Euratom:

* Decisão do Parlamento Europeu, de 17 de Abril de 1996, que dá quitação à Comissão quanto à execução do orçamento geral das Comunidades Europeias para o exercício de 1994 no que se refere às secções I — Parlamento, II — Conselho, III — Comissão, IV — Tribunal de Justiça, V — Tribunal de Contas e VI — Comité Económico e Social/Comité das Regiões	41
---	----

Resolução que contém as observações que fazem parte integrante da decisão pela qual dá quitação à Comissão quanto à execução do orçamento geral das Comunidades Europeias para o exercício de 1994	44
--	----

96/378/CECA:

* Decisão do Parlamento Europeu, de 17 de Abril de 1996, que dá quitação à Comissão quanto à gestão da CECA no exercício de 1994	50
--	----

96/379/CE:

* Decisão do Parlamento Europeu, de 17 de Abril de 1996, de concessão de quitação ao Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Dublim) pela execução do seu orçamento para o exercício de 1994	54
--	----

96/380/CE:

* Resolução do Parlamento Europeu, de 17 de Abril de 1996, que recusa a quitação à Comissão quanto à execução dos Fundos Europeus de Desenvolvimento relativa ao exercício de 1994	56
--	----

Rectificações

* Rectificação ao Regulamento (CE) n.º 1102/96 da Comissão, de 19 de Junho de 1996, que altera o Regulamento (CE) n.º 1474/95 e fixa as quantidades disponíveis para os pedidos apresentados a partir de 15 de Maio de 1996 (JO n.º L 146 de 20.6.1996)	58
---	----

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) Nº 1107/96 DA COMISSÃO**de 12 de Junho de 1996****relativo ao registo das indicações geográficas e denominações de origem nos termos do procedimento previsto no artigo 17º do Regulamento (CEE) nº 2081/92 do Conselho**

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2081/92 do Conselho, de 14 de Julho de 1992, relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios⁽¹⁾ e, nomeadamente, o seu artigo 17º,

Considerando que, em conformidade com o disposto no artigo 17º do Regulamento (CEE) nº 2081/92, os Estados-membros comunicaram à Comissão, nos seis meses seguintes à data de entrada em vigor do citado regulamento, quais, de entre as suas denominações legalmente protegidas ou consagradas pelo uso, as que desejam registar;

Considerando que, em consequência do exame da conformidade dessas denominações com o Regulamento (CEE) nº 2081/92, algumas de entre elas são conformes às disposições do referido regulamento e dignas de registo e, por conseguinte, de protecção ao nível comunitário enquanto indicação geográfica ou denominação de origem;

Considerando que as denominações genéricas não são registadas;

Considerando que o artigo 7º do Regulamento (CEE) nº 2081/92 não se aplica ao procedimento estabelecido no artigo 17º do mesmo regulamento;

Considerando que, nos termos do nº 3 do artigo 14º do Regulamento (CEE) nº 2081/92, uma denominação de origem ou denominação geográfica não será registada quando, atendendo à reputação de uma marca, à sua notoriedade e à duração da sua utilização, o registo for suscep-

tível de induzir em erro o consumidor quanto à verdadeira identidade do produto;

Considerando que, no caso de uma denominação de origem ou indicação geográfica, cujo nome já se encontre registado enquanto marca, ser protegida por iniciativa de um único produtor, em conformidade com os critérios enunciados no artigo 1º do Regulamento (CEE) nº 2037/93 da Comissão⁽²⁾, esse produtor não pode impedir outros produtores da zona delimitada, que produzam de acordo com o caderno de especificações e obrigações registado, de utilizar a denominação de origem protegida e a indicação geográfica protegida;

Considerando que, nos casos em que coexistam uma marca e uma denominação de origem ou uma indicação geográfica registadas, a utilização da marca que corresponda a uma das situações referidas no artigo 13º do Regulamento (CEE) nº 2081/92 poderá prosseguir desde que se encontrem reunidas as condições previstas no nº 2 do artigo 14º do mesmo regulamento;

Considerando que certos Estados-membros comunicaram que não era pedida protecção para certas partes de denominações e que é conveniente tomar em conta tal facto;

Considerando que o registo das denominações de origem e das indicações geográficas protegidas não isenta da obrigação de observar as disposições em vigor a respeito dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios;

Considerando que, aquando da votação, o comité a que se refere o artigo 15º do Regulamento (CEE) nº 2081/92 não tomou posição no prazo fixado pelo seu presidente; que, em conformidade com o mesmo artigo, e na ausência de parecer do comité, a Comissão apresentou ao Conselho uma proposta para que sobre ela deliberasse por maioria qualificada no prazo de três meses; que, no caso de o Conselho não deliberar nesse prazo, a Comissão deve adoptar as medidas propostas,

⁽¹⁾ JO nº L 208 de 24. 7. 1992, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 185 de 28. 7. 1993, p. 5.

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

As denominações constantes do anexo são registadas enquanto indicações geográficas protegidas (IGP) ou denominações de origem protegidas (DOP) ao abrigo do artigo 17º do Regulamento (CEE) nº 2081/92.

As denominações que não constam do anexo mas tenham sido comunicadas nos termos do mesmo artigo 17º mantêm-se protegidas ao nível nacional até que seja tomada uma decisão sobre as mesmas.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 12 de Junho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

A. PRODUTOS DO ANEXO II DO TRATADO DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO HUMANA

Carne (e miudezas) fresca

ESPAÑHA

- Carne de Ávila (IGP)
- Carne de Morucha de Salamanca (IGP)
- Pollo y Capón del Prat (IGP)
- Ternasco de Aragón (IGP)

FRANÇA

- Agneau du Quercy (IGP)
- Bœuf de Châlosse (IGP)
- Veau de l'Aveyron et du Segala (IGP)
- Dinde de Bresse (DOP)
- Volailles de Bresse (DOP)
- Volailles de Houdan (IGP)
- Agneau de l'Aveyron (IGP)
- Agneau du Bourbonnais (IGP)
- Bœuf charolais du Bourbonnais (IGP)
- Bœuf du Maine (IGP)
- Veau du Limousin (IGP)
- Volailles de l'Ain (IGP)
- Volailles du Gers (IGP)
- Volailles du Maine (IGP)
- Volailles de Loué (IGP)
- Volailles de l'Orléanais (IGP)
- Volailles de Bourgogne (IGP)
- Volailles du Plateau de Langres (IGP)
- Volailles du Charolais (IGP)
- Volailles de Normandie (IGP)
- Volailles de Bretagne (IGP)
- Volailles de Challans (IGP)
- Volailles de Vendée (IGP)
- Volailles d'Alsace (IGP)
- Volailles du Forez (IGP)
- Volailles du Béarn (IGP)
- Volailles de Cholet (IGP)
- Volailles des Landes (IGP)
- Volailles de Licques (IGP)
- Volailles d'Auvergne (IGP)
- Volailles du Velay (IGP)
- Volailles du Val de Sèvres (IGP)
- Volailles d'Ancenis (IGP)
- Volailles de Janzé (IGP)
- Volailles du Gatinais (IGP)
- Volailles du Berry (IGP)
- Volailles de la Champagne (IGP)
- Volailles du Languedoc (IGP)
- Volailles du Lauragais (IGP)
- Volailles de Gascogne (IGP)
- Volailles de la Drôme (IGP)

LUXEMBURGO

- Viande de porc, marque nationale grand-duché de Luxembourg (IGP)

PORTUGAL

- Borrego de Montemor-o-Novo (IGP)
- Borrego da Serra da Estrela (DOP)
- Cabrito das Terras Altas do Minho (IGP)
- Cabrito da Gralheira (IGP)

- Cabrito da Beira (IGP)
- Vitela de Lafões (IGP)
- Borrego da Beira (IGP)
- Cabrito do Barroso (IGP)
- Borrego Terrincho (DOP)
- Carne Alentejana (DOP)
- Carne Arouquesa (DOP)
- Carne Marinhosa (DOP)
- Carne Mertolenga (DOP)
- Cordeiro Bragançano (DOP)

REINO UNIDO

- Orkney beef (DOP)
- Orkney lamb (DOP)
- Scottish beef (IGP)
- Scottish lamb (IGP)
- Shetland lamb (DOP)

Produtos à base de carne**BÉLGICA**

- Jambon d'Ardenne (IGP)

ESPAÑA

- Cecina de León (IGP)
- Dehesa de Extremadura (DOP)
- Guijuelo (DOP)
- Jamón de Teruel (DOP)
- Sobrasada de Mallorca (IGP)

ITÁLIA

- Prosciutto di Parma (DOP)
- Prosciutto di S. Daniele (DOP)
- Prosciutto di Modena (DOP)
- Prosciutto Veneto Berico-Euganeo (DOP)
- Salame di Varzi (DOP)
- Salame Brianza (DOP)
- Speck dell'Alto Adige (IGP)

LUXEMBURGO

- Salaisons fumées, marque nationale grand-duché de Luxembourg (IGP)

PORTUGAL

- Presunto do Barroso (IGP)

Queijos**DINAMARCA**

- Danablu (IGP)
- Esrom (IGP)

GRÉCIA

- Ανεδατό (Anevato) (DOP)
- Γαλοτύρι (Galotyri) (DOP)
- Γραδιέρα Αγράφων (Graviera Agrafon) (DOP) (1)
- Γραδιέρα Κρήτης (Graviera Kritis) (DOP) (1)
- Γραδιέρα Νάξου (Graviera Naxou) (DOP) (1)
- Καλαθάκι Λήμνου (Kalathaki Limnou) (DOP)
- Κασέρι (Kasseri) (DOP)
- Κατίκι Δομοκού (Katiki Domokou) (DOP)
- Κεφαλογραδιέρα (Kefalograviera) (DOP)
- Κοπανιστή (Kopanisti) (DOP)
- Λαδοτύρι Μυτιλήνης (Ladotyri Mytilinis) (DOP)

(1) Não é pedida protecção do nome «Γραδιέρα» (Graviera).

- Μανούρι (Manouri) (DOP)
- Μετσοβόνη (Metsovone) (DOP)
- Μπάτζος (Batzos) (DOP)
- Ξυνομυζήθρα (Xynomyzithra Kritis) (DOP)
- Πηχτόγαλο (Pichtogalo Chanion) (DOP)
- Σαν Μιχάλη (San Michali) (DOP)
- Σφέλα (Sfela) (DOP)
- Φέτα (Feta) (DOP)
- Φορμαέλλα Αράχωβας Παρνασσού (Formaella Arachovas Parnassou) (DOP)

ESPAÑA

- Cabrales (DOP)
- Idiazábal (DOP)
- Mahón (DOP)
- Picón Bejes-Tresviso (DOP)
- Queso de Cantabria (DOP)
- Queso de La Serena (DOP)
- Queso Manchego (DOP)
- Queso Tetilla (DOP)
- Queso Zamorano (DOP)
- Quesucos de Liébana (DOP)
- Roncal (DOP)

FRANÇA

- Beaufort (DOP)
- Bleu des Causses (DOP)
- Bleu du Haut-Jura, de Gex, de Septmoncel (DOP)
- Brocciu Corse ou brocciu (DOP)
- Chabichou du Poitou (DOP)⁽¹⁾
- Crottin de Chavignol ou chavignol (DOP)⁽²⁾
- Époisses de Bourgogne (DOP)
- Laguiole (DOP)
- Ossau-Iraty-Brebis Pyrénées (DOP)⁽³⁾
- Pouligny Saint Pierre (DOP)
- Picodon de l'Ardèche ou picodon de la Drôme (DOP)⁽⁴⁾
- Salers (DOP)
- Selles-sur-Cher (DOP)
- Sainte Maure de Touraine (DOP)⁽⁵⁾
- Tomme de Savoie (IGP)⁽⁶⁾
- Langres (DOP)
- Neufchâtel (DOP)
- Abondance (DOP)
- Camembert de Normandie (DOP)⁽⁷⁾
- Cantal ou fourme de Cantal ou cantalet (DOP)
- Chaource (DOP)
- Comté (DOP)
- Emmental de Savoie (IGP)⁽⁸⁾
- Emmental français est-central (IGP)⁽⁸⁾
- Livarot (DOP)
- Maroilles ou marolles (DOP)
- Munster ou munster-géromé (DOP)
- Pont-l'Évêque (DOP)
- Reblochon ou reblochon de Savoie (DOP)
- Roquefort (DOP)
- Saint-Nectaire (DOP)
- Tomme des Pyrénées (IGP)⁽⁸⁾

⁽¹⁾ Não é pedida a protecção do nome «chabichou».

⁽²⁾ Não é pedida a protecção do nome «crottin».

⁽³⁾ Não é pedida a protecção do nome «brebis Pyrénées».

⁽⁴⁾ Não é pedida a protecção do nome «picodon».

⁽⁵⁾ Não é pedida a protecção do nome «Sainte Maure».

⁽⁶⁾ Não é pedida a protecção do nome «tomme».

⁽⁷⁾ Não é pedida a protecção do nome «camembert».

⁽⁸⁾ Não é pedida a protecção do nome «emmental».

- Bleu d'Auvergne (DOP)
- Brie de Meaux (DOP)⁽¹⁾
- Brie de Melun (DOP)⁽¹⁾
- Mont d'or ou vacherin du Haut-Doubs (DOP)

ITÁLIA

- Canestrato Pugliese (DOP)⁽²⁾
- Fontina (DOP)
- Gorgonzola (DOP)
- Grana Padano (DOP)
- Parmigiano Reggiano (DOP)
- Pecorino Siciliano (DOP)⁽³⁾
- Provolone Valpadana (DOP)⁽⁴⁾
- Caciotta d'Urbino (DOP)⁽⁵⁾
- Pecorino Romano (DOP)⁽³⁾
- Quartirolo Lombardo (DOP)
- Taleggio (DOP)
- Asiago (DOP)
- Formai de Mut Dell'alta Valle Brembana (DOP)⁽⁶⁾
- Montasio (DOP)
- Mozzarella di Bufala Campana (DOP)⁽⁷⁾
- Murazzano (DOP)

PAÍSES BAIXOS

- Noord-Hollandse Edammer (DOP)⁽⁸⁾⁽⁹⁾
- Noord-Hollandse Gouda (DOP)⁽⁸⁾⁽¹⁰⁾

PORTUGAL

- Queijo de Nisa (DOP)
- Queijo de Azeitão (DOP)
- Queijo de Évora (DOP)
- Queijo de São Jorge (DOP)
- Queijo Rabaçal (DOP)
- Queijo de Serpa (DOP)
- Queijo da Serra da Estrela (DOP)
- Queijos da Beira Baixa (Queijo de Castelo Branco, Queijo Amarelo da Beira Baixa, Queijo Picante da Beira Baixa) (DOP)
- Queijo Terrincho (DOP)

REINO UNIDO

- White Stilton cheese (AOP)/Blue Stilton cheese (DOP)
- West Country farmhouse Cheddar cheese (DOP)⁽¹¹⁾⁽¹²⁾
- Beacon Fell traditional Lancashire cheese (DOP)⁽¹³⁾
- Swaledale cheese (DOP)/Swaledale ewes' cheese (DOP)
- Bonchester cheese (DOP)
- Buxton blue (DOP)
- Dovedale cheese (DOP)
- Single Gloucester (DOP)

⁽¹⁾ Não é pedida a protecção do nome «brie».

⁽²⁾ Não é pedida a protecção do nome «Canestrato».

⁽³⁾ Não é pedida a protecção do nome «Pecorino».

⁽⁴⁾ Não é pedida a protecção do nome «Provolone».

⁽⁵⁾ Não é pedida a protecção do nome «Caciotta».

⁽⁶⁾ Não é pedida a protecção do nome «Formai de Mut».

⁽⁷⁾ Não é pedida a protecção do nome «Mozzarella».

⁽⁸⁾ Não é pedida a protecção do nome «noord-hollandse».

⁽⁹⁾ Não é pedida a protecção do nome «edammer».

⁽¹⁰⁾ Não é pedida a protecção do nome «gouda».

⁽¹¹⁾ Não é pedida a protecção do nome «Cheddar».

⁽¹²⁾ Não é pedida a protecção do nome «West Country».

⁽¹³⁾ Não é pedida a protecção do nome «Lancashire».

Outros produtos de origem animal (ovos, mel, produtos lácteos diversos, excepto manteiga)**ESPAÑA**

— Miel de La Alcarria (DOP)

FRANÇA

— Crème d'Isigny (DOP)

— Crème fraîche fluide d'Alsace (IGP)

LUXEMBURGO

— Miel luxembourgeois de marque nationale (DOP)

PORTUGAL

— Mel da Serra da Lousã (DOP)

— Mel das Terras Altas do Minho (DOP)

— Mel da Terra Quente (DOP)

— Mel da Serra de Monchique (DOP)

— Mel do Parque de Montezinho (DOP)

— Mel do Alentejo (DOP)

— Mel dos Açores (DOP)

— Mel do Barroso (DOP)

— Mel do Ribatejo Norte (Serra d'Aire, Albufeira do Castelo do Bode, Bairro, Alto Nabão) (DOP)

Matérias gordas**BÉLGICA**

— Beurre d'Ardenne (DOP)

Azeite**GRÉCIA**

— Βιάννος Ηρακλείου Κρήτης (Viannos Iraklio Crète) (DOP) (1) (2)

— Λυγουριό Ασκληπείου (Lygourio Asklepiou) (DOP)

— Βόρειος Μυλοπόταμος Ρεθύμνης Κρήτης (Vorios Mylopotamos Rethymnis Crète) (DOP) (2) (3)

— Κροκεές Λακωνίας (Krokees Lakonias) (DOP) (4)

— Πέτρινα Λακωνίας (Petrina Lakonias) (DOP) (4)

— Κρανίδι Αργολίδας (Kranidi Argolidas) (DOP) (5)

— Πεζά Ηρακλείου Κρήτης (Peza Iraklio Crète) (DOP) (1) (2)

— Αρχάνες Ηρακλείου Κρήτης (Archanes Iraklio Crète) (DOP) (1) (2)

— Λακωνία (Lakonia) (IGP)

— Χανιά Κρήτης (Hania Crète) (IGP) (2)

— Κεφαλονιά (Céhalonie) (IGP)

— Ολυμπία (Olympe) (IGP)

— Λέσβος (Lesbos) (IGP)

— Πρέβεζα (Preveza) (IGP)

— Ρόδος (Rhodes) (IGP)

— Θάσος (Thassos) (IGP)

ESPAÑA

— Baena (DOP)

— Les Garrigues (DOP)

— Sierra de Segura (DOP)

— Siurana (DOP)

FRANÇA

— Huile d'olive de Nyons (DOP)

— Beurre d'Isigny (DOP)

— Beurre Charentes-Poitou — Beurre des Charentes — Beurre des Deux-Sèvres (DOP)

(1) Não é pedida a protecção do nome «Ηρακλείου» (Iraklio).

(2) Não é pedida a protecção do nome «Κρήτης» (Crète).

(3) Não é pedida a protecção do nome «Ρεθύμνης» (Rethymnis).

(4) Não é pedida a protecção do nome «Λακωνίας» (Lakonias).

(5) Não é pedida a protecção do nome «Αργολίδας» (Argolidas).

LUXEMBURGO

- Beurre rose de marque nationale grand-duché de Luxembourg (DOP)

PORTUGAL

- Azeite de Moura (DOP)
- Azeite de Trás-os-Montes (DOP)
- Azeite do Ribatejo (DOP)
- Azeite do Norte Alentejano (DOP)
- Azeite da Beira Interior (Azeite da Beira Alta, Azeite da Beira Baixa) (DOP)

Frutos, produtos hortícolas e cereais

GRÉCIA

- Ακτινίδιο Σπερχειού (kiwi Sperchiou) (DOP)
- Ελιά Καλαμάτας (olive de Kalamata) (DOP)
- Κελυφωτό φυστίκι Φθιώτιδας (pistache de Phthiotida) (DOP)
- Κουμ Κουάτ Κερκύρας (kumquat de Corfou) (IGP)
- Ξερά σύκα Κύμης (figues sèches de Kimi) (DOP)
- Μήλα Ζαγοράς Πηλίου (pommes Zagoras Piliou) (DOP) (¹)
- Τσακωνική Μελιτζάνα Λεωνιδίου (aubergine tsakonique de Léonidio) (DOP)

ESPANHA

- Arroz del Delta del Ebro (IGP)
- Calasparra (DOP)
- Cerezas de la Montaña de Alicante (IGP)
- Espárrago de Navarra (IGP)
- Faba Asturiana (IGP)
- Judías de El Barco de Ávila (IGP)
- Lenteja de La Armuña (IGP)
- Nísperos Callosa d'En Sarriá (DOP)
- Pimientos del Piquillo de Lodosa (DOP)
- Uva de mesa embolsada «Vinalopó» (DOP)

FRANÇA

- Ail rose de Lautrec (IGP)
- Noix de Grenoble (DOP)
- Pommes et poires de Savoie (IGP)
- Poireaux de Créances (IGP)
- Chasselas de Moissac (DOP)
- Mirabelles de Lorraine (IGP)
- Olives noires de Nyons (DOP)
- Pommes de terre de Merville (IGP)

ITÁLIA

- Arancia Rossa di Sicilia (IGP)
- Cappero di Pantelleria (IGP)
- Castagna di Montella (IGP)
- Fungo di Borgotaro (IGP)
- Nocciola del Piemonte (IGP)

PAÍSES-BAIXOS

- Opperdoezer Ronde (DOP)

ÁUSTRIA

- Wachauer Marille (DOP)

PORTUGAL

- Amêndoa do Douro (DOP)
- Ameixa d'Elvas (DOP)
- Ananás dos Açores/São Miguel (DOP)
- Azeitona de conserva Negrinha de Freixo (DOP)
- Castanha dos Soutos da Lapa (DOP)

(¹) Não é pedida a protecção do nome «Πηλίου» (Piliou).

- Castanha do Marvão-Portalegre (DOP)
- Castanha de Pradela (DOP)
- Castanha da Terra Fria (DOP)
- Citrinos do Algarve (IGP)
- Cereja de São Julião-Portalegre (DOP)
- Cereja da Cova da Beira (IGP)
- Maçã de Portalegre (IGP)
- Maçã da Beira Alta (IGP)
- Maçã Bravo de Esmolfe (DOP)
- Maçã da Cova da Beira (IGP)
- Maçã de Alcobaça (IGP)
- Maracujá de São Miguel/Açores (DOP)
- Pêssego da Cova da Beira (IGP)

REINO UNIDO

- Jersey Royal potatoes (DOP)

OUTROS PRODUTOS DO ANEXO II

Sidra

REINO UNIDO

- Herefordshire cider/perry (IGP)
- Worcestershire cider/perry (IGP)
- Gloucestershire cider/perry (IGP)

**B. GÉNEROS ALIMENTÍCIOS REFERIDOS NO ANEXO I DO REGULAMENTO (CEE)
Nº 2081/92**

Cerveja

REINO UNIDO

- Newcastle brown ale (IGP)
- Kentish ale and Kentish strong ale (IGP)
- Rutland bitter (IGP)

Águas minerais naturais e águas termais

ALEMANHA

- Bad Hersfelder Naturquelle (DOP)
- Bad Pyrmonter (DOP)
- Birresborner (DOP)
- Bissinger Auerquelle (DOP)
- Caldener Mineralbrunnen (DOP)
- Ensinger Mineralwasser (DOP)
- Felsenquelle Beiseförth (DOP)
- Gemminger Mineralquelle (DOP)
- Graf Meinhard Quelle Giessen (DOP)
- Haaner Felsenquelle (DOP)
- Haltern Quelle (DOP)
- Katlenburger Burgbergquelle (DOP)
- Kißlegger Mineralquelle (DOP)
- Leisslinger Mineralbrunnen (DOP)
- Löwensteiner Mineralquelle (DOP)
- Rhenser Mineralbrunnen (DOP)
- Rilchinger Amandus Quelle (DOP)
- Rilchinger Gräfin Mariannen-Quelle (DOP)
- Siegsdorfer Petrusquelle (DOP)
- Teinacher Mineralquellen (DOP)
- Überkingen Mineralquelle (DOP)
- Vesalia Quelle (DOP)
- Bad Niedernauer Quelle (DOP)
- Göppinger Quelle (DOP)
- Höllen Sprudel (DOP)
- Lieler Quelle (DOP)

- Schwollener Sprudel (DOP)
- Steinsieker Mineralwasser (DOP)
- Blankenburger Wiesenquelle (DOP)
- Wernigeröder Mineralbrunnen (DOP)
- Wildenrath Quelle (DOP)

Produtos da panificação, pastelaria, confeitaria, indústria de bolachas e biscoitos

GRÉCIA

- Κρητικό παξιμάδι (biscotte crétoise) (IGP)

ESPAÑA

- Turrón de Jijona (IGP)
- Turrón de Alicante (IGP)

FRANÇA

- Bergamote(s) de Nancy (IGP)

**C. PRODUTOS AGRÍCOLAS REFERIDOS NO ANEXO II DO REGULAMENTO (CEE)
Nº 2081/92**

Óleos essenciais

FRANÇA

- Huile essentielle de lavande de Haute-Provence (DOP)
-

REGULAMENTO (CE) Nº 1108/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

que altera o Regulamento (CEE) nº 1445/76 que fixa as listas das diferentes variedades de *Lolium perenne* L.

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 2358/71 do Conselho, de 26 de Outubro de 1971, que estabelece a organização comum de mercado no sector das sementes⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia e pelo Regulamento (CE) nº 3290/94⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 5 do seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1445/76 da Comissão⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1588/95⁽⁴⁾, fixou a lista das variedades de *Lolium perenne* L. de alta persistência, tardias ou semitardias, e do *Lolium perenne* L. de baixa persistência, semitardias, semiprecoces ou precoces, na acepção das disposições adoptadas em aplicação do artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 2358/71;

Considerando que, desde a última alteração do Regulamento (CEE) nº 1445/76, as sementes certificadas de certas variedades de *Lolium perenne* L. deixaram de ser comercializadas, enquanto que apareceram no mercado

sementes certificadas de outras variedades que serão comercializadas pela primeira vez durante a campanha de 1996/1997; que a aplicação dos critérios de classificação a certas variedades de *Lolium perenne* L. tem como resultado a sua inclusão numa das listas acima referidas; que, deste modo, convém alterar neste sentido os anexos do Regulamento (CEE) nº 1445/76;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão das sementes,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O anexo I do Regulamento (CEE) nº 1445/76 é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 1 de Julho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 246 de 5. 11. 1971, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

⁽³⁾ JO nº L 161 de 23. 6. 1976, p. 10.

⁽⁴⁾ JO nº L 150 de 1. 7. 1995, p. 86.

ANEXO

ANEXO I

Variedades de alta persistência, tardias ou semitardias

Ace	Compas	Lipondo	Paavo
Aladin	Condessa (T)	Liquick	Pedro
Albi	Contender	Lisabelle	Pelleas
Allegro	Cordoba	Lissabon	Perfect
Alondra	Cornwall	Lisuna	Perma
Amadeus	Corso	Livonne	Phoenix (T)
Ambon	Cud	Livorno	Piamonte (T)
Andes	Cupido	Livree	Pippin
Anduril	Cutless	Look	Player
Animo	Dacapo	Loretta	Portsteward
Antara	Dali	Lorina	Preference
Apollo	Danilo	Madera (T)	President
Aragon	Domingo	Magella	Prester
Arno	Donata	Magister	Profit
Atlas	Dorset	Magyar	Progres
Avenue	Dromore	Majestic	Rally (T)
Baccara	Duramo	Mammout (T)	Rathlin
Barball	Eden	Manhattan	Recolta
Barclay	Edgar	Marabella	Record
Barcredo	Electra	Marathon	Renoir
Bardessa	Elegana	Marino (T)	Riikka
Barema	Elgon (T)	Markanta	Ritz
Barenza	Elka	Martina	Rival
Barezane	Elrond	Marilyn	Ronja
Barglen	Entrar	Master	Sakini
Barink	Envy	Meba	Salem
Barlatan	Esperon (T)	Melani	Santiago (T)
Barlenna	Exito	Meltra RVP (T)	Score (Fair Way)
Barlet	Fanal (T)	Melvina	Sensation
Barlinda	Feeder	Meradonna (T)	Sevilla
Barlow	Fetione (T)	Merci	Sirius
Barluxe	Figaro	Mercure	Sisu
Barmaco	Fingal	Merganda	Sommora
Barplus	Flair	Merigold	Splendor
Barpolo	Gerona	Merlette	Sprinter
Barry	Gilford	Meteor	Stratos
Bartony	Gladio	Mexico	Summit
Belcampo (T)	Glen	Mickey	Superstar
Belfort (T)	Globe	Missouri (T)	Sussex
Bellatrix	Henrietta	Modenta	Talbot
Bellevue	Heraut	Module	Talgo
Bologna	Herbie	Modus (T)	Taya
Bonny	Herbus (T)	Mombassa	Texas
Borvi	Hercules	Mondial	Tivoli
Boston	Hermes	Montagne (T)	Toledo
Boulevard	Honneur	Montando (T)	Trani
Brighstar	Hunter	Morimba	Tresor
Burton	Jetta	Moronda	Trimmer
Caddy	Jumbo	Norlea	Troubadour
Calibra	Juventus (T)	Ohio	Twydawn
Campania	Karin	Opinion	Twystar
Capper	Kelvin	Orleans	Tyrone
Caprice	Kent Indigenous	Othello	Variant
Carrick	Kerdion	Outsider	Ventoux (T)
Castle (T)	Langa	Pablo	Veritas
Chagall	Lasso	Pacage	Vigor
Chantal	Leon	Paddock	Vincent
Cheops (T)	Lihersa	Pagode	Wadi
Choice	Limage	Pancho	Wendy
Citadel (T)	Limes	Pandora (T)	York
Clermont (T)	Linocta	Parcour	Zambesi
Colorado	Liparis	Patora	

REGULAMENTO (CE) Nº 1109/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

que adapta, no artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 3950/92 do Conselho que institui uma imposição suplementar no sector do leite e dos produtos lácteos, a quantidade global relativa à Dinamarca e a nota de pé-de-página do quadro, relativa à Alemanha

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3950/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, que institui uma imposição suplementar no sector do leite e dos produtos lácteos⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 635/96 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 2 do seu artigo 4º,

Considerando que, em conformidade com o nº 2 do artigo 4º do Regulamento (CEE) nº 3950/92, o Regulamento (CE) nº 635/96 adaptou as quantidades globais

fixadas no artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 3950/92, com base nas comunicações dos Estados-membros sobre as quantidades convertidas definitivamente de vendas directas em entregas e vice-versa; que se registaram erros no que se refere às quantidades para a Dinamarca e ao texto da nota de pé-de-página do quadro, relativa à Alemanha; que convém corrigir estes erros, aumentando em 10 toneladas a quantidade de entregas e diminuindo em 10 toneladas a quantidade de vendas directas para a Dinamarca, por um lado, e retomando o texto da nota de pé-de-página do quadro, relativa à Alemanha, com a redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 1552/95 do Conselho⁽³⁾, por outro;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão do leite e dos produtos lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

No nº 2, primeiro parágrafo, do artigo 3º do Regulamento (CEE) nº 3950/92, o quadro passa a ter a seguinte redacção:

(em toneladas)

Estados-membros	Entregas	Vendas directas
•Bélgica	3 097 584	212 847
Dinamarca	4 454 580	768
Alemanha ⁽¹⁾	27 764 778	100 038
Grécia	626 061	4 452
Espanha	5 425 960	140 990
França	23 720 938	514 860
Irlanda	5 234 987	10 777
Itália	9 632 540	297 520
Luxemburgo	268 098	951
Países-Baixos	10 985 848	88 844
Áustria	2 369 808	367 000
Portugal	1 835 461	37 000
Finlândia	2 355 721	10 000
Suécia	3 300 000	3 000
Reino Unido	14 308 657	281 390

⁽¹⁾ Das quais 6 244 566 toneladas para as entregas dos produtos estabelecidos no território dos novos *Länder* e 8 801 toneladas para as vendas directas nos novos *Länder*.

⁽¹⁾ JO nº L 405 de 31. 12. 1992, p. 1.

⁽²⁾ JO nº L 90 de 11. 4. 1996, p. 17.

⁽³⁾ JO nº L 148 de 30. 6. 1995, p. 43.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no sétimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável com efeitos a partir de 1 de Abril de 1995.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

REGULAMENTO (CE) Nº 1110/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

que estabelece, para o segundo semestre de 1996, medidas de gestão relativas à importação de certos animais vivos da espécie bovina

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3290/94 do Conselho, de 22 de Dezembro de 1994, relativo às adaptações e medidas transitórias necessárias no sector da agricultura para a execução dos acordos concluídos no âmbito das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round»⁽¹⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 4º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3491/93 do Conselho, de 13 de Dezembro de 1993, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo europeu que estabelece uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Hungria, por outro⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3492/93 do Conselho, de 13 de Dezembro de 1993, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo europeu que estabelece uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Polónia, por outro⁽³⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3296/94 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1994, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo europeu que estabelece uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República Checa, por outro⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3297/94 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1994, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo europeu que estabelece uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República Eslovaca, por outro⁽⁵⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3382/94 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1994, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo europeu que estabelece uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a Roménia, por outro⁽⁶⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3383/94 do Conselho, de 19 de Dezembro de 1994, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo europeu que estabelece uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Bulgária, por outro⁽⁷⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1275/95 do Conselho, de 29 de Maio de 1995, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo sobre comércio livre e matérias conexas entre a Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, por um lado, e a República da Estónia, por outro⁽⁸⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1276/95 do Conselho, de 29 de Maio de 1995, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo sobre o comércio livre e matérias conexas entre a Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, por um lado, e a República da Letónia, por outro⁽⁹⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1277/95 do Conselho, de 29 de Maio de 1995, relativo a certas modalidades de aplicação do acordo sobre comércio livre e matérias conexas entre a Comunidade Europeia, a Comunidade Europeia da Energia Atómica e a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, por um lado, e a República da Lituânia, por outro⁽¹⁰⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 1º,

Considerando que a experiência adquirida e as previsões para 1996 demonstram que, se não forem tomadas medidas comunitárias, é possível que seja importado na Comunidade um número importante de bovinos vivos de peso não superior a 300 quilogramas, em consequência, designadamente, das favoráveis condições económicas de produção de que beneficiam determinados países terceiros; que estas importações podem ser muito superiores ao nível tradicional das importações anuais e à capacidade da absorção do mercado comunitário; que, neste caso, o mercado da carne de bovino poderia conhecer graves perturbações, susceptíveis de pôr em risco, nomeadamente, a situação dos preços de mercado e dos rendimentos dos produtores;

Considerando que é necessário, contudo, ter em conta a aplicação do acordo concluído no âmbito das negociações comerciais multilaterais da Organização Mundial de Comércio (OMC), que as medidas de gestão previstas devem limitar-se, por conseguinte, aos produtos provenientes de países terceiros aos quais a Comunidade concede tratamento preferencial e que aceitaram que a Comunidade possa tomar medidas para gerir a importação dos animais em questão;

Considerando que a capacidade total de absorção do mercado comunitário em 1996, no que se refere aos bovinos jovens, pode ser avaliada em 425 000 animais,

(1) JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.

(2) JO nº L 319 de 21. 12. 1993, p. 1.

(3) JO nº L 319 de 21. 12. 1993, p. 4.

(4) JO nº L 341 de 30. 12. 1994, p. 14.

(5) JO nº L 341 de 30. 12. 1994, p. 17.

(6) JO nº L 368 de 31. 12. 1994, p. 1.

(7) JO nº L 368 de 31. 12. 1994, p. 5.

(8) JO nº L 124 de 7. 6. 1995, p. 1.

(9) JO nº L 124 de 7. 6. 1995, p. 2.

(10) JO nº L 124 de 7. 6. 1995, p. 3.

com exclusão dos produtores de raça pura; que, tendo em conta as importações previstas para 1996 ao abrigo de certos regimes preferenciais, a saber 300 500 cabeças no âmbito do novo contingente estabelecido no âmbito do «Uruguay Round», relativo aos bovinos jovens machos de peso igual ou inferior a 300 quilogramas e destinados à engorda, e no âmbito dos acordos europeus com a República da Polónia, a República da Hungria, a República Checa, a República Eslovaca, a Roménia e a República da Bulgária, e ainda no âmbito dos acordos sobre comércio livre e matérias conexas concluídos com as repúblicas bálticas, é conveniente fixar em 124 500 cabeças as importações a efectuar em 1996, à taxa plena ou reduzida do direito aduaneiro, consoante o caso;

Considerando que, em relação ao primeiro semestre de 1996, os Regulamentos (CE) n.º 3018/95 da Comissão ⁽¹⁾, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 425/96 ⁽²⁾, e (CE) n.º 403/96 da Comissão ⁽³⁾ já previram a importação de 89 000 cabeças; que, para o segundo semestre de 1996, devem ser adoptadas medidas de gestão relativamente à importação das restantes 35 500 cabeças originárias dos países acima mencionados;

Considerando que a Comissão acompanhará de perto a evolução do mercado da carne de bovino, de modo a poder reagir, a qualquer momento, a eventuais alterações dos parâmetros económicos a ter em conta;

Considerando que, a fim de atender, na medida do possível, à estrutura tradicional do mercado comunitário dos vitelos, é necessário limitar as importações aos animais de peso não superior a 80 quilogramas;

Considerando que a experiência demonstra que a limitação das importações pode provocar pedidos de importação especulativos; que, a fim de garantir o bom funcionamento das medidas previstas, é conveniente reservar a maior parte das quantidades disponíveis para os importadores tradicionais de bovinos vivos; que, a fim de não entravar excessivamente a evolução das relações comerciais neste sector, é conveniente reservar, igualmente, uma parte para os operadores que possam demonstrar a seriedade da sua actividade e que transaccionem quantidades de certa importância; que, neste contexto, e a fim de garantir uma gestão eficaz, deve ser exigido dos operadores interessados que tenham exportado ou importado 100 animais, no mínimo, em 1995; que os lotes de 100 animais representam, em princípio, uma carga normal e que a experiência demonstrou que a compra ou venda de um único lote constitui o mínimo necessário para que a transacção possa ser considerada como real e viável; que o controlo de satisfação desses critérios exige que cada operador apresente todos os seus pedidos nos mesmo Estado-membro;

Considerando que é necessário assegurar que os operadores dos novos Estados-membros pertencentes à primeira

categoria possam participar equitativamente na distribuição das quantidades disponíveis; que, a respeito desses operadores, é, por conseguinte, adequado considerar como quantidades de referência que dão acesso à parte reservada aos operadores «tradicionais» as importações que tiverem realizado entre 1 de Janeiro de 1993 e 31 de Dezembro de 1995, provenientes de países que, consoante o ano de importação, devem ser por eles considerados países terceiros;

Considerando que, a fim de evitar especulações, é conveniente excluir do acesso ao contingente os operadores que, em 1 de Janeiro de 1996, não exerciam já qualquer actividade no sector da carne de bovino;

Considerando que é necessário prever que o referido regime seja gerido por intermédio de certificados de importação; que, para este efeito, é necessário prever, nomeadamente, as modalidades de apresentação dos pedidos, bem como os elementos que devem constar dos pedidos e dos certificados, em derrogação, eventualmente, de determinadas disposições do Regulamento (CEE) n.º 3719/88 da Comissão, de 16 de Novembro de 1988, que estabelece as normas comuns de execução do regime de certificados de importação, de exportação e de prefixação para os produtos agrícolas ⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2137/95 ⁽⁵⁾, e do Regulamento (CE) n.º 1445/95 da Comissão, de 26 de Junho de 1995, que estabelece as normas de execução do regime dos certificados de importação e de exportação no sector da carne de bovino e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2377/80 ⁽⁶⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 2856/95 ⁽⁷⁾; que convém, além disso, prever que os certificados sejam emitidos após um prazo de reflexão e mediante, se for caso disso, a aplicação de uma percentagem única de redução;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão da carne de bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

As importações para a Comunidade durante o segundo semestre de 1996, à taxa plena do direito previsto na Pauta Aduaneira Comum, de bovinos vivos dos códigos NC 0102 90 05, 0102 90 21, 0102 90 29, 0102 90 41 e 0102 90 49 e referidos no n.º 1, alínea a), do artigo 1.º do Regulamento (CEE) n.º 805/68 do Conselho ⁽⁸⁾, originárias dos países terceiros constantes do anexo I, ficam sujeitas às medidas de gestão previstas no presente regulamento.

⁽¹⁾ JO n.º L 314 de 28. 12. 1995, p. 58.

⁽²⁾ JO n.º L 60 de 9. 3. 1996, p. 1.

⁽³⁾ JO n.º L 55 de 6. 3. 1996, p. 9.

⁽⁴⁾ JO n.º L 331 de 2. 12. 1988, p. 1.

⁽⁵⁾ JO n.º L 214 de 8. 9. 1995, p. 21.

⁽⁶⁾ JO n.º L 143 de 27. 6. 1995, p. 35.

⁽⁷⁾ JO n.º L 299 de 12. 12. 1995, p. 10.

⁽⁸⁾ JO n.º L 148 de 28. 6. 1968, p. 24.

Artigo 2º

1. Só podem ser emitidos certificados de importação a título do presente regulamento para 35 500 animais do código NC 0102 90 05.
2. A quantidade prevista no nº 1 divide-se em duas partes, do seguinte modo:
 - a) A primeira parte, igual a 70 %, ou seja, 24 850 cabeças, será repartida:
 - pelos importadores da Comunidade, na sua composição de 31 de Dezembro de 1994, que possam provar ter importado animais do código NC 0102 90 05 durante os anos de 1993, 1994 ou 1995, no âmbito dos regulamentos que figuram no anexo II,
 - pelos importadores dos novos Estados-membros que possam provar ter importado, durante os anos de 1993 e 1994, para o Estado-membro em que se encontram estabelecidos, animais do código NC 0102 90 05 e provenientes de países que, em 31 de Dezembro de 1994, eram por eles considerados países terceiros e, durante o ano de 1995, animais do âmbito dos regulamentos referidos na alínea b) do anexo II;
 - b) A segunda parte, igual a 30 %, ou seja, 10 650 cabeças, será repartida pelos operadores que possam provar ter importado e/ou exportado, em 1995, pelo menos 100 animais vivos da espécie bovina do código NC 0102 90, que não sejam os referidos na alínea a).

Os operadores devem encontrar-se inscritos num registo nacional de IVA.

3. A repartição das 24 850 cabeças pelos importadores elegíveis será efectuada de modo proporcional às importações de animais, na acepção da alínea a) do nº 2, realizadas durante os anos de 1993, 1994 e 1995, comprovadas em conformidade com o nº 5.
4. A repartição das 10 650 cabeças é efectuada proporcionalmente às quantidades pedidas pelos operadores elegíveis.
5. As provas de importação e de exportação serão fornecidas, exclusivamente mediante a apresentação do documento aduaneiro de introdução em livre prática ou do documento de exportação, devidamente visados pelas autoridades aduaneiras.

Os Estados-membros poderão aceitar cópias dos documentos acima referidos devidamente autenticadas pela autoridade competente.

Artigo 3º

1. Não serão tomados em consideração, para efeitos da repartição prevista no nº 2, alínea a), do artigo 2º, os operadores que, em 1 de Janeiro de 1996, não exerciam já qualquer actividade no sector da carne de bovino.

2. As sociedades resultantes da fusão de empresas que, individualmente, beneficiavam dos direitos previstos no nº 3 do artigo 2º beneficiarão dos mesmos direitos das empresas de que resultam.

Artigo 4º

1. O pedido de direitos de importação só pode ser apresentado no Estado-membro em que o requerente está registado, na acepção do nº 2 do artigo 2º.
2. Para efeitos da aplicação do nº 2, alínea a), do artigo 2º, os operadores apresentarão às autoridades competentes o pedido de direitos de importação, acompanhado da prova referida no nº 5 do artigo 2º, o mais tardar em 28 de Junho de 1996.

Após verificação dos documentos apresentados, os Estados-membros comunicarão à Comissão, o mais tardar em 12 de Julho de 1996, a lista dos operadores que satisfazem as condições de admissão, e que incluirá, nomeadamente, os nomes e endereços dos requerentes, bem como as quantidades de animais elegíveis importadas durante cada um dos anos de referência.
3. Para efeitos da aplicação do nº 2, alínea b), do artigo 2º, os operadores devem apresentar os seus pedidos de direitos de importação, acompanhados da prova referida no nº 5 do artigo 2º, até 28 de Junho de 1996.

Só pode ser apresentado um pedido por cada interessado. Se este apresentar mais que um pedido, não será admitido nenhum dos seus pedidos. O pedido pode incidir no máximo sobre a quantidade disponível.

Após a verificação dos documentos apresentados, os Estados-membros comunicarão à Comissão, o mais tardar em 12 de Julho de 1996, a lista dos requerentes e das quantidades requeridas.

4. Todas as comunicações, incluindo as comunicações relativas à inexistência de pedidos, serão efectuadas por telex ou por telefax e, no caso de terem sido apresentados pedidos, com recurso aos formulários que constam dos anexos III e IV do presente regulamento.

Artigo 5º

1. A Comissão decidirá em que medida pode ser dado seguimento aos pedidos.
2. No que respeita aos pedidos referidos no nº 3 do artigo 4º, se as quantidades cuja importação foi requerida excederem as quantidades disponíveis, a Comissão fixará uma percentagem única de redução das quantidades pedidas.

Se a redução referida no parágrafo anterior conduzir a uma quantidade inferior a 100 cabeças por pedido, a atribuição será efectuada por sorteio e por lotes de 100 cabeças pelo Estado-membro em causa. No caso de restar uma quantidade inferior a 100 cabeças, essa quantidade será objecto de um só certificado.

Artigo 6º

1. A importação das quantidades atribuídas em conformidade com o artigo 5º é subordinada à apresentação de um certificado de importação.

2. O pedido de certificado só pode ser apresentado no Estado-membro em que foi apresentado o pedido de importação.

3. Os certificados serão emitidos, a pedido dos operadores, a partir da entrada em vigor da decisão referida no nº 1 do artigo 5º.

A quantidade de animais para a qual é emitido o certificado é expressa em números inteiros. Os arredondamentos serão efectuados, conforme o caso, por excesso ou por defeito.

4. O pedido de certificado e o certificado incluirão as seguintes menções:

a) Na casa 8, a menção dos países referidos no anexo I; o certificado obriga a importar de um ou mais dos países indicados;

b) Na casa 16, o código NC 0102 90 05;

c) Na casa 20, uma das seguintes modificações:

- Reglamento (CE) nº 1110/96
- Forordning (EF) nr. 1110/96
- Verordnung (EG) Nr. 1110/96
- Κανονισμός (ΕΚ) αριθ. 1110/96
- Regulation (EC) No 1110/96
- Règlement (CE) nº 1110/96
- Regulamento (CE) n. 1110/96
- Verordening (EG) nr. 1110/96
- Regulamento (CE) nº 1110/96
- Asetus (EY) N:o 1110/96
- Förordning (EG) nr 1110/96.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

5. O período de validade dos certificados de importação emitidos termina em 31 de Dezembro de 1996.

6. Os certificados emitidos são válidos em toda a Comunidade.

7. Não é aplicável o nº 4 do artigo 8º do Regulamento (CEE) nº 3719/88.

Artigo 7º

O mais tardar três semanas após a importação dos mais referidos no presente regulamento, o importador informará a autoridade competente que emitiu o certificado de importação do número e da origem dos animais importados. A autoridade competente transmitirá essas informações à Comissão no início de cada mês.

Artigo 8º

A garantia prevista no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1445/95 é constituída aquando da emissão dos certificados.

Artigo 9º

Os Regulamentos (CEE) nº 3719/88 e (CE) nº 1445/95 são aplicáveis sob reserva do disposto no presente regulamento.

Artigo 10º

Os animais serão colocados em livre prática mediante apresentação de um certificado de circulação EUR.1 emitido pelo país exportador, em conformidade com o disposto no protocolo nº 4 anexo aos acordos europeus.

Artigo 11º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 1 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

*ANEXO I***Lista dos países terceiros**

- Hungria
- Polónia
- República Checa
- Eslováquia
- Roménia
- Bulgária
- Lituânia
- Letónia
- Estónia

*ANEXO II***Regulamentos referidos no nº 2 do artigo 2º****Regulamentos da Comissão:**

- a) (CEE) nº 3619/92 (JO nº L 367 de 16. 12. 1992, p. 17)
(CE) nº 3409/93 (JO nº L 310 de 14. 12. 1993, p. 22)
 - b) (CE) nº 3076/94 (JO nº L 325 de 17. 12. 1994, p. 8)
(CE) nº 1566/95 (JO nº L 150 de 1. 7. 1995, p. 24)
(CE) nº 2491/95 (JO nº L 256 de 26. 10. 1995, p. 36)
-

ANEXO IV

Telefax: (32-2) 296 60 27 / (32-2) 295 36 13

Aplicação do nº 2, alínea b), do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1110/96

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS DG VI D.2 — SECTOR DA CARNE DE BOVINO

PEDIDO DE DIREITOS À IMPORTAÇÃO

Data: Período:

Estado-membro:

Número de ordem	Requerente (nome e endereço)	Quantidade (cabeças)
Total		

Estado-membro: telefax:

telefone:

REGULAMENTO (CE) Nº 1111/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

relativo à emissão de certificados de importação de bananas, no âmbito do contingente pautal, para o terceiro trimestre de 1996 e à apresentação de novos pedidos

(Texto relevante para efeitos do EEE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 404/93 do Conselho, de 13 de Fevereiro de 1993, que estabelece a organização comum de mercado no sector das bananas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 3290/94 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o seu artigo 20º,Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1442/93 da Comissão ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 875/96 ⁽⁴⁾, adoptou as normas de execução do regime de importação de bananas na Comunidade; que o Regulamento (CE) nº 478/95 da Comissão ⁽⁵⁾, alterado pelo Regulamento (CE) nº 702/95 ⁽⁶⁾, adoptou normas complementares de execução do regime do contingente pautal previsto nos artigos 18º e 19º do Regulamento (CEE) nº 404/93;

Considerando que, nos termos do nº 3 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93, se, num dado trimestre e em relação a uma dada origem — conforme o caso, um país ou um grupo de países referido no anexo I do Regulamento (CE) nº 478/95 —, as quantidades objecto de pedidos de certificado de importação, a título de uma e/ou outra categoria de operadores, forem sensivelmente superiores à quantidade indicativa estabelecida, deve ser fixada uma percentagem de redução a aplicar aos pedidos; que, todavia, esta disposição não é aplicável aos pedidos de certificados da categoria C nem aos pedidos de certificados das categorias A e B que incidam em quantidades inferiores ou iguais a 150 toneladas, desde que a quantidade global abrangida por estes pedidos das categorias A e B não seja superior, para uma dada origem, a 15 % do total das quantidades pedidas;

Considerando que, em aplicação do nº 1 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 1442/93, o Regulamento (CE) nº 939/96 da Comissão ⁽⁷⁾ fixou as quantidades indicativas para a importação de bananas no âmbito do regime do contingente pautal no terceiro trimestre de 1996;

Considerando que, em relação às quantidades objecto de pedidos de certificados que são inferiores ou ligeiramente superiores às quantidades indicativas fixadas para o trimestre em causa, os certificados são emitidos para as quantidades requeridas; que, todavia, em relação a determinadas origens, o volume das quantidades pedidas é sensivelmente superior às quantidades indicativas ou às quotas fixadas no anexo do Regulamento (CE) nº 478/95; que, por conseguinte, é necessário determinar uma percentagem de redução a aplicar nas condições supracitadas aos pedidos de certificado para a origem ou origens e categoria de certificados em causa;

Considerando que, na ausência de transmissão dos pedidos de certificados apresentados na Grécia, devido a uma greve continuada dos serviços públicos, as medidas previstas no presente regulamento foram determinadas com base nas quantidades pedidas neste Estado-membro durante o mesmo trimestre dos anos anteriores;

Considerando que é conveniente determinar a quantidade máxima em relação à qual podem ainda ser apresentados pedidos de certificados, tendo em conta as quantidades indicativas fixadas pelo Regulamento (CE) nº 939/96 e os pedidos aceites até ao final do período de apresentação de pedidos que decorreu de 1 a 7 de Junho de 1996;

Considerando que o presente regulamento deve produzir efeitos sem demora, de modo a permitir que os certificados sejam emitidos o mais rapidamente possível;

Considerando que o Comité de gestão das bananas não emitiu parecer no prazo fixado pelo seu presidente,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

No âmbito do contingente pautal para as importações de bananas previsto nos artigos 18º e 19º do Regulamento (CEE) nº 404/93, os certificados de importação relativos ao terceiro trimestre de 1996 serão emitidos:

1. Para a quantidade constante do pedido de certificado:

- a) Afectada, em relação à origem «Costa Rica», do coeficiente de redução de 0,5472, no caso dos pedidos de certificado da categoria B, com exclusão dos pedidos que incidam numa quantidade inferior ou igual a 150 toneladas;

⁽¹⁾ JO nº L 47 de 25. 2. 1993, p. 1.⁽²⁾ JO nº L 349 de 31. 12. 1994, p. 105.⁽³⁾ JO nº L 142 de 12. 6. 1993, p. 6.⁽⁴⁾ JO nº L 118 de 15. 5. 1996, p. 14.⁽⁵⁾ JO nº L 49 de 4. 3. 1995, p. 13.⁽⁶⁾ JO nº L 71 de 31. 3. 1995, p. 84.⁽⁷⁾ JO nº L 128 de 29. 5. 1996, p. 1.

- b) Afectada, para a origem «República Dominicana», do coeficiente de redução de 0,8658, no caso dos pedidos de certificado das categorias A e B, incluindo os pedidos que indicam numa quantidade inferior ou igual a 150 toneladas;
- c) Afectada, para a origem «outras», do coeficiente de redução de 0,5821, no caso dos pedidos de certificado das categorias A e B, com exclusão dos pedidos que incidam numa quantidade inferior ou igual a 150 toneladas.
2. Para a quantidade constante do pedido de certificado, em relação a uma origem diferente das mencionadas no ponto 1.

3. Para a quantidade constante do pedido de certificado, em relação aos certificados da categoria C.

Artigo 2º

As quantidades para as quais podem ainda ser apresentados pedidos de certificados a título do terceiro trimestre de 1996 são fixadas no anexo.

Artigo 3º

O presente regulamento entra em vigor na data da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Pela Comissão
 Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

(em toneladas)

	Quantidades disponíveis para os novos pedidos
COLÔMBIA	
— Categorias A e C	89 733,260
— Categoria B	24 031,402
COSTA RICA	
— Categorias A e C	79 629,433
VENEZUELA	6 316,000
BELIZE	4 050,000
CAMARÕES	2 025,000
COSTA DO MARFIM	1 718,000
Outros ACP	1 233,622

REGULAMENTO (CE) Nº 1112/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

que altera o Regulamento (CE) nº 1466/95 que estabelece as regras especiais de execução das restituições à exportação no sector do leite e dos produtos lácteos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 804/68 do Conselho, de 27 de Junho de 1968, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2931/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 13º e o nº 14 do seu artigo 17º,Considerando que o Regulamento (CE) nº 1466/95 da Comissão⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 995/96⁽⁴⁾, estabeleceu as regras especiais de execução das restituições à exportação no sector do leite e dos produtos lácteos;Considerando que o artigo 1º B do Regulamento (CE) nº 1466/95 introduziu um regime específico para as exportações de determinados queijos para a Suíça; que se afigura necessário especificar que esse regime só se aplica às exportações que beneficiam de uma redução ou de uma isenção dos direitos aduaneiros de importação na Suíça; que, a fim de incluir todos os queijos que beneficiam de um direito preferencial de importação na Suíça, a lista de queijos abrangidos por aquele regime deve ser completada com os queijos referidos anteriormente pelo Regulamento (CEE) nº 1953/82 da Comissão⁽⁵⁾, revogado pelo Regulamento (CE) nº 823/96⁽⁶⁾,

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão do leite e dos produtos lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O Regulamento (CE) nº 1466/95 é alterado do seguinte modo:

1. O nº 1 do artigo 1º B passa a ter a seguinte redacção:

«1. O presente artigo fixa as regras especiais em matéria de exportações para a Suíça dos queijos indicados no anexo, que beneficiam, na importação, de uma redução ou de uma isenção dos direitos aduaneiros.»

2. O anexo é substituído pelo anexo do presente regulamento.

*Artigo 2º*O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

É aplicável a partir de 5 de Maio de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO nº L 148 de 28. 6. 1968, p. 13.⁽²⁾ JO nº L 307 de 20. 12. 1995, p. 10.⁽³⁾ JO nº L 144 de 28. 6. 1995, p. 22.⁽⁴⁾ JO nº L 133 de 4. 6. 1996, p. 13.⁽⁵⁾ JO nº L 212 de 21. 7. 1982, p. 5.⁽⁶⁾ JO nº L 111 de 4. 5. 1996, p. 9.

ANEXO

«ANEXO

Código NC	Designação das mercadorias (Nomenclatura das restituições à exportação)
0406	Queijos e requeijão:
ex 0406 10 20	- - - - - Ricotta salgado
0406 20	- Queijos ralados ou em pó, de qualquer tipo
0406 30	- Queijos fundidos, excepto ralados ou em pó
0406 40	- Queijos de pasta azul
ex 0406 90	- Outros queijos:
0406 90 23	- - - Edam
0406 90 25	- - - Tilsit
0406 90 27	- - - Butterkäse
0406 90 61	- - - - - Grana padano, parmigiano reggiano
0406 90 63	- - - - - Fiore sardo, pecorino
0406 90 69	- - - - - Outros
0406 90 73	- - - - - Provolone
ex 0406 90 75	- - - - - Asiago, caciocavallo, montasio
0406 90 76	- - - - - Danbo, fontal, fontina, fynbo, havarti, maribo, samsø
0406 90 78	- - - - - Gouda
ex 0406 90 79	- - - - - Esrom, italico, saint-nectaire, saint-paulin
ex 0406 90 87	- - - - - Idiazabal, manchego, roncal, fabricados exclusiva- mente a partir de leite de ovelha
ex 0406 90	- Elbo, galantine, molbo, mimolette, tybo
ex 0406 90	- Outros queijos com teor de matérias gordas em peso do resíduo seco igual ou superior a 30% e com teor em peso de água na matéria isenta de gordura superior a 52 % e inferior ou igual a 67 %»

REGULAMENTO (CE) Nº 1113/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

relativo à abertura e modo de gestão de contingentes pautais de importação para touros, novilhas e vacas, com exclusão dos destinados ao abate, de certas raças alpinas e de montanha, para o período de 1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1095/96 do Conselho, de 18 de Junho de 1996, relativo à execução das concessões que constam da lista CXL estabelecida na sequência da conclusão das negociações no âmbito do nº 6 do artigo XXIV do GATT⁽¹⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 1º,

Considerando que, em relação aos touros, vacas e novilhas, com exclusão dos destinados ao abate, da raça malhada do Simmental e das raças de Schwyz e de Fribourg assim como para as vacas e novilhas, com exclusão das destinadas a abate, das raças cinzenta, morena, amarela, malhada do Simmental e da raça de Pinzgau, a Comunidade Europeia comprometeu-se, nos termos da Organização Mundial do Comércio (OMC), a abrir dois contingentes pautais anuais, cada um de 5 000 cabeças com direitos aduaneiros de 6 e de 4 %, respectivamente; que é necessário, por conseguinte, proceder à abertura dos referidos contingentes para o período de 1 de Julho de 1996 a 30 de Junho de 1997, e determinar as respectivas normas de execução;

Considerando que é necessário garantir, nomeadamente, o acesso contínuo e em condições de igualdade de todos os operadores interessados da Comunidade ao referido contingente e a aplicação ininterrupta dos direitos aduaneiros previstos para estes contingentes a todas as importações dos animais em questão, até ao esgotamento dos volumes dos contingentes;

Considerando que este regime se baseia na atribuição pela Comissão das quantidades disponíveis aos operadores tradicionais (primeira parte) e aos operadores interessados no comércio de bovinos (segunda parte); que convém prever a atribuição da primeira parte, por um lado, aos importadores tradicionais, proporcionalmente às quantidades importadas no âmbito do mesmo tipo de contin-

gente durante o período de 1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1996 e, por outro lado, aos importadores tradicionais dos novos Estados-membros; que, para a atribuição da segunda parte, para evitar a especulação e tendo em conta a natureza do destino, convém que as quantidades de referência sejam quantidades de certa importância, representativas das trocas comerciais com países terceiros; que, para todos os operadores dos novos Estados-membros, os animais importados devem ser provenientes de países que, no ano de importação, devam ser considerados como países terceiros relativamente àqueles Estados-membros;

Considerando que, sob reserva do disposto no presente regulamento, são aplicáveis o Regulamento (CEE) nº 3719/88 da Comissão, de 16 de Novembro de 1988, que estabelece normas comuns de execução do regime de certificados de importação, de exportação e de prefixação para os produtos agrícolas⁽²⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2137/95⁽³⁾, e o Regulamento (CE) nº 1445/95 da Comissão, de 26 de Junho de 1995, que estabelece as normas de execução do regime dos certificados de importação e de exportação no sector da carne bovina e que revoga o Regulamento (CEE) nº 2377/80⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2856/95⁽⁵⁾;

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 2913/92 do Conselho, de 12 de Outubro de 1992, que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário⁽⁶⁾, alterado pelo Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, prevê no seu artigo 82º uma vigilância aduaneira para as mercadorias que, devido ao seu destino especial, beneficiam de um direito reduzido aquando da sua colocação em livre prática; que é necessário verificar que os animais importados não são abatidos antes de transcorrido determinado período; que é conveniente, para assegurar que estes animais não sejam abatidos, instituir uma caução;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão da carne de bovino,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. São abertos, para o período compreendido entre 1 de Julho de 1996 e 30 de Junho de 1997, os seguintes contingentes pautais:

⁽²⁾ JO nº L 331 de 2. 12. 1988, p. 1.

⁽³⁾ JO nº L 214 de 8. 9. 1995, p. 21.

⁽⁴⁾ JO nº L 143 de 27. 6. 1995, p. 35.

⁽⁵⁾ JO nº L 299 de 12. 12. 1995, p. 10.

⁽⁶⁾ JO nº L 302 de 19. 10. 1992, p. 1.

⁽¹⁾ JO nº L 146 de 20. 6. 1996, p. 1.

Número de ordem	Código NC ⁽¹⁾	Designação das mercadorias	Volume do contingente	Taxa de direito aduaneiro
09.0001	ex 0102 90 05 ex 0102 90 29 ex 0102 90 49 ex 0102 90 59 ex 0102 90 69	Vacas e novilhas, com exclusão das destinadas ao abate, das seguintes raças de montanha: raças cinzenta, morena, amarela, malhada do Simmental e malhada de Pinzgau	5 000	6 %
09.0003	ex 0102 90 05 ex 0102 90 29 ex 0102 90 49 ex 0102 90 59 ex 0102 90 69 ex 0102 90 79	Touros, vacas e novilhas, com exclusão dos destinados ao abate, das seguintes raças alpinas: raça malhada do Simmental e raças de Schwyz e de Fribourg	5 000	4 %

(¹) Códigos Taric: ver anexo I.

2. Para efeitos do presente regulamento, são considerados como não destinados ao abate os animais referidos no n.º 1 que não são abatidos num prazo de quatro meses a contar da data de aceitação da declaração de introdução em livre prática.

Todavia, podem ser concedidas derrogações em casos de força maior, devidamente comprovados.

3. A admissão ao benefício do contingente pautal com o número de ordem 09.0003 está sujeita à apresentação:

- quanto aos touros: de um certificado de ascendência,
- quanto às fêmeas: de um certificado de ascendência ou de um certificado de registo no «Herdbook» atestando a pureza da raça.

Artigo 2.º

1. Os dois volumes dos contingentes referidos no n.º 1 do artigo 1.º são subdivididos em duas partes, respectivamente de 80 %, ou seja, 4 000 cabeças, e de 20 %, ou seja, 1 000 cabeças.

a) A primeira parte, igual a 80 %, será repartida:

- pelos importadores da Comunidade, na sua composição em 31 de Dezembro de 1994, que possam provar ter importado animais que sejam objecto dos presentes contingentes no período compreendido entre 1 de Julho de 1993 e 30 de Junho de 1996, e
- pelos importadores dos novos Estados-membros que possam provar ter importado:
 - no decurso do período de 1 de Julho de 1993 a 30 de Junho de 1995, no Estado-membro em que estão estabelecidos, animais dos códigos NC referidos no anexo I e provenientes de países que, no ano de importação, devam ser

considerados como países terceiros relativamente àqueles Estados-membros,

- no decurso do período de 1 de Julho de 1995 a 30 de Junho de 1996, animais que sejam alvo dos presentes contingentes.

b) A segunda parte, igual a 20 %, está reservada aos requerentes que possam provar ter importado, no período compreendido entre 1 de Julho de 1995 e 30 de Junho de 1996, pelo menos quinze animais vivos da espécie bovina do código NC 0102 de países terceiros.

Os importadores devem estar inscritos num registo nacional do IVA.

2. A pedido de direitos à importação, a repartição da primeira parte pelos diferentes importadores referidos na alínea a) do n.º 1 é efectuada proporcionalmente às importações referidas no mesmo ponto, durante o período compreendido entre 1 de Julho de 1993 e 30 de Junho de 1996.

3. A pedido de direitos à importação, a repartição da segunda parte é efectuada proporcionalmente às quantidades pedidas pelos importadores referidos na alínea b) do ponto 1. O pedido de direitos à importação deve abranger uma quantidade igual ou superior a quinze cabeças.

Os pedidos de direitos de importação referentes a uma quantidade superior a cinquenta cabeças são automaticamente reduzidos a esse número.

4. As quantidades eventualmente não pedidas no âmbito de uma das partes do mesmo contingente pautal referidas no n.º 1 serão automaticamente transferidas para a outra parte do contingente em questão.

5. A prova de importação é fornecida exclusivamente através do documento aduaneiro de introdução em livre prática, devidamente visado pelas autoridades aduaneiras.

Artigo 3º

1. O pedido de direito de importação só pode ser apresentado no Estado-membro em que o requerente se encontra inscrito num registo nacional do IVA.

2. Só pode ser apresentado por cada interessado um único pedido por contingente, devendo o pedido referir-se apenas a uma das partes do mesmo contingente pautal.

Quando o requerente apresentar mais de um pedido para um único contingente, nenhum dos pedidos apresentados será considerado admissível.

3. Para efeitos da aplicação dos nºs 2 e 3 do artigo 2º, os pedidos devem ser entregues à autoridade competente, o mais tardar em 16 de Julho de 1996, acompanhados da prova referida no nº 5 do artigo 2º.

Após verificação dos documentos apresentados, os Estados-membros comunicarão à Comissão, o mais tardar em 2 de Agosto de 1996:

— no que diz respeito aos importadores referidos no nº 1, alínea a), do artigo 2º, os respectivos nomes e endereços e o número de animais importados no decurso do período referido no nº 2 do artigo 2º,

— no que diz respeito aos importadores referidos no nº 1, alínea b) do artigo 2º, os respectivos nomes e endereços bem como as quantidades pedidas.

4. Todas estas comunicações, incluindo as comunicações «nada», serão enviadas ao endereço constante do anexo II.

Artigo 4º

1. A Comissão decide em que medida pode ser dada sequência aos pedidos.

2. No que diz respeito aos pedidos referidos no nº 3, segundo parágrafo, segundo travessão, do artigo 3º, se as quantidades sobre as quais incidem os pedidos excedem as quantidades disponíveis, a Comissão fixa uma percentagem única de redução das quantidades pedidas.

Se a redução referida no primeiro parágrafo conduzir a uma quantidade inferior a quinze cabeças por pedido, a atribuição é efectuada mediante tiragem à sorte de lotes de quinze cabeças. No caso de se registar uma quantidade restante inferior a quinze cabeças, será emitido um único certificado para essa quantidade.

Artigo 5º

1. A importação das quantidades atribuídas fica subordinada à apresentação de um certificado de importação.

2. O pedido de certificado de importação só pode ser apresentado à autoridade competente do Estado-membro em que o requerente está inscrito num registo nacional do IVA.

3. Após a comunicação da atribuição pela Comissão, os certificados de importação serão emitidos o mais rapidamente possível, a pedido e em nome dos operadores que

tenham obtido direitos de importação. A emissão dos certificados fica subordinada à constituição, pelo requerente, de uma garantia de 25 ecus por cabeça.

Esta garantia será liberada quando os certificados forem restituídos ao organismo emissor, com as anotações das autoridades aduaneiras que verificaram a importação dos animais.

4. Os certificados são válidos durante noventa dias a contar da data de emissão na acepção do nº 1 do artigo 21º do Regulamento (CEE) nº 3719/88. Todavia, os certificados caducam em 30 de Junho de 1997.

5. Sem prejuízo do disposto no presente regulamento, são aplicáveis as disposições dos Regulamentos (CEE) nº 3719/88 e (CE) nº 1445/95.

Contudo, em derrogação do nº 1 do artigo 9º do Regulamento (CEE) nº 3719/88, os certificados de importação emitidos a título do presente regulamento são intransmissíveis e só podem conferir o direito ao benefício dos contingentes pautais se forem emitidos com os mesmos nomes que constam das declarações de colocação em livre prática que os acompanham.

O nº 4 do artigo 8º e o nº 3, segundo parágrafo, do artigo 14º do Regulamento (CEE) nº 3719/88 não são aplicáveis.

Artigo 6º

1. A verificação de que os animais importados não foram abatidos antes de decorridos quatro meses sobre a data da sua colocação em livre prática será feita em conformidade com o disposto no artigo 82º do Regulamento (CEE) nº 2913/92.

2. Sem prejuízo do disposto no Regulamento (CEE) nº 2913/92, uma garantia de 1 280 ecus por tonelada será entregue pelo importador às autoridades aduaneiras competentes para garantir o respeito da interdição do abate.

A garantia será liberada imediatamente após a apresentação da prova, às autoridades aduaneiras interessadas, de que os animais:

- a) Não foram abatidos antes do termo do período de quatro meses a contar da data de colocação em livre prática; ou
- b) Foram abatidos antes do termo do referido período por razões de força maior ou por razões sanitárias, ou morreram na sequência de uma doença ou de um acidente.

Artigo 7º

Do pedido de certificado, bem como do próprio certificado, constará:

- a) Na casa 8, o país de origem;
- b) Na casa 16, os códigos NC constantes do anexo I;

c) Na casa 20, uma das seguintes indicações:

- Razas alpinas y de montaña [Reglamento (CE) nº 1113/96]
- Alpine racer og bjergracer (forordning (EF) nr. 1113/96)
- Höhenrassen (Verordnung (EG) Nr. 1113/96)
- Αλπικές και ορεισίδιες φυλές [κανονισμός (ΕΚ) αριθ. 1113/96]
- Alpine and mountain breeds (Regulation (EC) No 1113/96)
- Races alpines et de montagne [règlement (CE) nº 1113/96]
- Razze alpine e di montagna [regolamento (CE) n. 1113/96]
- Bergrassen (Verordening (EG) nr. 1113/96)
- Raças alpinas e de montanha [Regulamento (CE) nº 1113/96]
- Alppi- ja vuoristorotuja [asetus (EY) N:o 1113/96]
- Alp- och bergraser (förordning (EG) nr 1113/96).

Artigo 8º

Após a restituição dos certificados referidos no nº 3 do artigo 5º, as autoridades competentes transmitirão, no início de cada mês, as informações relativas à quantidade e origem dos animais importados no mês anterior.

Estas informações serão enviadas por telefax ao endereço constante do anexo III.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Artigo 9º

1. As quantidades relativamente às quais não tenham sido emitidos certificados de importação até 31 de Março de 1997 serão objecto de uma última atribuição, reservada aos importadores interessados que tenham pedido certificados de importação para todas as quantidades a que tinham direito, sem atender ao disposto no nº 1 do artigo 2º

2. Para este efeito, os Estados-membros comunicarão, para o endereço constante do anexo II, o mais tardar em 10 de Abril de 1997, as quantidades relativamente às quais não tenham sido emitidos certificados de importação e os dados a que é feita referência no nº 3, segundo parágrafo, do artigo 3º. A Comissão procederá à atribuição por sorteio de lotes de quinze cabeças. Caso se registre uma quantidade restante inferior a quinze cabeças, um único certificado deverá incidir sobre essa quantidade. A Comissão comunicará os resultados do referido sorteio aos Estados-membros, o mais tardar em 17 de Abril de 1997.

3. Para efeitos da aplicação do presente artigo, é aplicável o disposto nos artigos 5º, 6º e 7º.

Artigo 10º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é aplicável a partir de 1 de Julho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão

ANEXO I

Códigos Taric

Número de ordem	Código NC	Código Taric	
09.0001	ex 0102 90 05	0102 90 05*20 *40	
	ex 0102 90 29	0102 90 29*20 *40	
	ex 0102 90 49	0102 90 49*20 *40	
	ex 0102 90 59	0102 90 59*11 *19 *31 *39	
	ex 0102 90 69	0102 90 69*10 *30	
	09.0003	ex 0102 90 05	0102 90 05*30 *40 *50
		ex 0102 90 29	0102 90 29*30 *40 *50
		ex 0102 90 49	0102 90 49*30 *40 *50
		ex 0102 90 59	0102 90 59*21 *29 *31 *39
		ex 0102 90 69	0102 90 69*20 *30
ex 0102 90 79		0102 90 79*21 *29	

ANEXO II

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS
DG XXI B-6 — Economia pautal

Telefax: (32-2) 296 33 06.

ANEXO III

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS
DG VI D-2 — Carne de bovino e de ovino

Telefax: (32-2) 295 36 13.

REGULAMENTO (CE) Nº 1114/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

que altera o Regulamento (CE) nº 1600/95, que estabelece regras de execução do regime de importação e que abre contingentes pautais no sector do leite e dos produtos lácteos

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 804/68 do Conselho, de 27 de Junho de 1968, que estabelece a organização comum de mercado no sector do leite e dos produtos lácteos⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2931/95 da Comissão⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 13º e os nºs 1 e 4 do seu artigo 16º,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1095/96 do Conselho, de 18 de Junho de 1996, relativo à execução das concessões constantes da lista XCL, estabelecido na sequência da conclusão das negociações no âmbito do nº 6 do artigo XXIV do GATT⁽³⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 1º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 1600/95 da Comissão, de 30 de Junho de 1995, que estabelece regras de execução do regime de importação e que abre contingentes pautais no sector do leite e dos produtos lácteos⁽⁴⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 937/96⁽⁵⁾, deve ser adaptado a fim de ter em conta as negociações a título do nº 6 do artigo XXIV do GATT, cujos resultados produzem efeitos em 1 de Janeiro de 1996 no que respeita aos contingentes pautais especificados por país de origem; que é, portanto, conveniente alterar as quantidades constantes do anexo II do Regulamento (CE) nº 1600/95;

Considerando que, em aplicação do regime de emissão trimestral dos certificados de importação para as importações efectuadas no âmbito dos contingentes pautais não especificados por país de origem, a adaptação dos contingentes respeitantes ao período compreendido entre 1 de

Janeiro e 30 de Junho de 1996 deve ser efectuada em relação à quantidade disponível para a emissão de certificados para o segundo trimestre de 1996 e atendendo às quantidades restantes dos trimestres anteriores; que é, por conseguinte, conveniente indicar as quantidades disponíveis para este segundo trimestre no referido anexo II do Regulamento (CE) nº 1600/95;

Considerando que a validade dos certificados emitidos para as importações realizadas no âmbito dos contingentes pautais não especificados por país de origem é limitada ao dia 30 de Junho seguinte à data da sua emissão; que, dado o atraso na determinação das quantidades disponíveis para o segundo trimestre de 1996 e a alteração do início do período para apresentação das despesas de certificados de importação, é conveniente substituir a data supracitada por 21 de Setembro de 1996;

Considerando que as medidas previstas no presente regulamento estão em conformidade com o parecer do Comité de gestão do leite e dos produtos lácteos,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

O Regulamento (CE) nº 1600/95 é alterado do seguinte modo:

1. Ao artigo 15º é aditado o seguinte parágrafo:

«Todavia, o prazo de validade dos certificados emitidos para a importação das quantidades disponíveis para o segundo trimestre de 1996 não pode exceder a data de 21 de Setembro de 1996.»

2. O anexo II é substituído pelo anexo do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

(1) JO nº L 148 de 28. 6. 1968, p. 13.

(2) JO nº L 307 de 20. 12. 1995, p. 10.

(3) JO nº L 146 de 20. 6. 1996, p. 1.

(4) JO nº L 151 de 1. 7. 1995, p. 12.

(5) JO nº L 127 de 25. 5. 1996, p. 26.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

ANEXO

«ANEXO II

CONTINGENTES PAUTAIS NO ÂMBITO DOS ACORDOS GATT/OMC NÃO ESPECIFICADOS POR PAÍS DE ORIGEM

(Ano GATT/OMC)

Número de ordem no anexo VII da NC	Código NC	Designação das mercadorias	País de origem	Contingente anual	Quantidades disponíveis para o 2º trimestre de 1996	Taxa do direito de importação (em ecus/100 kg líquido)
				(quantidades em toneladas)		
27	0402 10 19	Leite em pó desnatado	todos os países terceiros	40 401	9 950,50	47,50
29	0406 10 20 0406 10 80	Queijos para pizza, congelados, cortados em pedaços individuais de peso não superior a 1 g, em embalagens de peso igual ou superior a 5 kg, de teor, em peso, de água, de 52 %, e de teor, em peso, de matérias gordas, igual ou superior a 38 %	todos os países terceiros	1 111	366,75	13,00
30	ex 0406 30 10	Emmental fundido	todos os países terceiros	2 934	467,00	71,90
	0406 90 07	Emmental				85,80
	0406 90 12					
31	ex 0406 30 10	Gruyère fundido	todos os países terceiros	734	117,00	71,90
	0406 90 08	Gruyère, Sbrinz				85,80
	0406 90 14					
32	0406 90 01	Queijos destinados à transformação (¹)	todos os países terceiros	4 000	1 000,00	83,50
34	0406 90 21	Cheddar	todos os países terceiros	3 000	750,00	21,00
37	ex 0406 10 20 ex 0406 10 80	Queijos frescos (não curados), incluindo o queijo de soro de leite e o requeijão, com excepção do queijo para pizza do nº de ordem 29	todos os países terceiros	3 494	449,75	92,60 106,40
	0406 20 90	Outros queijos ralados ou em pó				94,10
	0406 30 31	Outros queijos fundidos				69,00
	0406 30 39					71,90
	0406 30 90					102,90
	0406 40 10	Queijos de pasta azul				70,40
	0406 40 50					
	0406 40 90					
	0406 90 09	Bergkäse e appenzell				85,80
	0406 90 16					
	0406 90 18	Fromage Fribourgeois, Vacherin Mont d'Or e Tête de Moine				75,50
	0406 90 23	Edam				
	0406 90 25	Tilsit				
	0406 90 27	Butterkäse				
	0406 90 29	Kashkaval				
0406 90 31	Feta, de ovelha ou búfala					
0406 90 33	Feta, outros					
0406 90 35	Kefalo-Tyri					
0406 90 37	Finlândia					
0406 90 39	Jarlsberg					
0406 90 50	Queijos de leite de ovelha ou búfala					

Número de ordem no anexo VII da NC	Código NC	Designação das mercadorias	País de origem	Contingente anual	Quantidades disponíveis para o 2º trimestre de 1996	Taxa do direito de importação (em ecus/100 kg líquido)
				(quantidades em toneladas)		
	0406 90 61 0406 90 63 0406 90 69	Grana padano, Parmigiano reggiano Fiore sardo, Pecorino Outros				94,10
	0406 90 73 0406 90 75 0406 90 76 0406 90 78 0406 90 79 0406 90 81 0406 90 82 0406 90 84 0406 90 85 0406 90 86 0406 90 87 0406 90 88	Provolone Asiago, Caciovallo, Montasio, Ragusano Danbo, Fontal, Fontina, Fynbo, Havarti, Maribo, Samsø Gouda Esrom, Italice, Kernhem, Saint-Nectaire, Saint-Paulin, Taleggio Cantal, Cheshire, Wensleydale, Lancashire, Double Gloucester, Blarney, Colby, Monterey Camembert Brie Kefalograviera, Kasseri Superior a 47 % mas não superior a 52 % Superior a 52 % mas não superior a 62 % Superior a 62 % mas não superior a 72 %				75,50
	0406 90 93	Superior a 72 %				92,60
	0406 90 99	Outros				106,40

(¹) No caso deste destino específico, o controlo da utilização é efectuado aplicando as disposições adoptadas na matéria.»

REGULAMENTO (CE) Nº 1115/96 DA COMISSÃO
de 20 de Junho de 1996
que altera os direitos de importação no sector dos cereais

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho, de 30 de Junho de 1992, que estabelece a organização comum de mercado no sector dos cereais⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 923/96⁽²⁾,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 1502/95 da Comissão, de 29 de Junho de 1995, que estabelece, para a campanha de 1995/1996, as normas de execução do Regulamento (CEE) nº 1766/92 do Conselho no que respeita aos direitos de importação no sector dos cereais⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 346/96⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 2º,

Considerando que os direitos de importação no sector dos cereais foram fixados pelo Regulamento (CE) nº 1105/96 da Comissão⁽⁵⁾;

Considerando que o nº 1 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1105/96 prevê que quando, no decurso do

período da sua aplicação, a média dos direitos de importação calculada se afastar em 5 ecus por tonelada do direito fixado, se efectuará o ajustamento correspondente; que ocorreu o referido desvio; que, em consequência, é necessário ajustar os direitos de importação fixados no Regulamento (CE) nº 1105/96,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os anexos I e II do Regulamento (CE) nº 1105/96 são substituídos pelos anexos I e II do presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 21 de Junho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Pela Comissão
Franz FISCHLER
Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO nº L 181 de 1. 7. 1992, p. 21.

⁽²⁾ JO nº L 126 de 24. 5. 1996, p. 37.

⁽³⁾ JO nº L 147 de 30. 6. 1995, p. 13.

⁽⁴⁾ JO nº L 49 de 28. 2. 1996, p. 5.

⁽⁵⁾ JO nº L 146 de 20. 6. 1996, p. 36.

ANEXO I

Direitos de importação dos produtos referidos no nº 2 do artigo 10º do Regulamento (CEE)
nº 1766/92

Código NC	Designação da mercadoria	Direito de importação por via terrestre, fluvial ou marítima proveniente de portos mediterrânicos, do mar Negro ou do mar Báltico (em ecus/t)	Direito de importação por via marítima proveniente de outros portos ⁽²⁾ em ecus/t
1001 10 00	Trigo duro ⁽¹⁾	0,00	0,00
1001 90 91	Trigo mole, para sementeira	0,00	0,00
1001 90 99	Trigo mole de alta qualidade, com exclusão do trigo mole para sementeira ⁽²⁾	0,00	0,00
	de qualidade média	10,14	0,14
	de qualidade baixa	37,67	27,67
1002 00 00	Centeio	50,17	40,17
1003 00 10	Cevada, para sementeira	50,17	40,17
1003 00 90	Cevada, com exclusão de cevada para sementeira ⁽²⁾	50,17	40,17
1005 10 90	Milho para sementeira, com exclusão do híbrido	39,38	29,38
1005 90 00	Milho, com exclusão do milho para sementeira ⁽²⁾	39,38	29,38
1007 00 90	Sorgo de grão, com exclusão do híbrido destinado a sementeira	50,17	40,17

⁽¹⁾ Em relação ao trigo duro que não satisfaça a qualidade mínima referida no anexo I do Regulamento (CE) nº 1502/95, é aplicável o direito fixado para o trigo mole de baixa qualidade.

⁽²⁾ No que respeita às mercadorias que chegam à Comunidade através do oceano Atlântico [nº 4 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1502/95], o importador pode beneficiar de uma diminuição dos direitos de:

— 3 ecus/t, se o porto de descarga se situar no Mediterrâneo,

— 2 ecus/t, se o porto de descarga se situar na Irlanda, no Reino Unido, na Dinamarca, na Suécia, na Finlândia ou na costa atlântica da Península Ibérica.

⁽³⁾ O importador pode beneficiar de uma redução forfetária de 14 ou 8 ecus/t, sempre que as condições estabelecidas no nº 5 do artigo 2º do Regulamento (CE) nº 1502/95 estejam satisfeitas.

ANEXO II

Elementos de cálculo dos direitos (período de 14. 6. 1996 a 19. 6. 1996):

1. Médias no período das duas semanas anteriores ao dia da fixação:

Cotações em bolsa	Minneapolis	Kansas-City	Chicago	Chicago	Mid-America	Mid-America
Produto (% de proteínas a 12 % de humidade)	HRS2. 14 %	HRW2. 11 %	SRW2	YC3	HAD2	US barley 2
Cotação (ecus/t)	167,85	170,40	144,75	145,71	191,56 ⁽¹⁾	138,43 ⁽¹⁾
Prémio relativo ao Golfo (ecus/t)	—	17,40	15,90	12,86	—	—
Prémio relativo aos Grandes Lagos (ecus/t)	24,07	—	—	—	—	—

⁽¹⁾ Fob Duluth.

2. Fretes/despesas: Golfo do México-Roterdão: 10,52 ecus/t, Grandes Lagos-Roterdão: 19,66 ecus/t.

3. Subvenções [nº 2, terceiro parágrafo, do artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1502/95: 0,00 ecu/t].

REGULAMENTO (CE) Nº 1116/96 DA COMISSÃO

de 20 de Junho de 1996

que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (CE) nº 3223/94 da Comissão, de 21 de Dezembro de 1994, que estabelece regras de execução do regime de importação dos frutos e dos produtos hortícolas ⁽¹⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 2933/95 ⁽²⁾, e, nomeadamente, o nº 1 do seu artigo 4º,Tendo em conta o Regulamento (CEE) nº 3813/92 do Conselho, de 28 de Dezembro de 1992, relativo à unidade de conta e às taxas de conversão a aplicar no âmbito da política agrícola comum ⁽³⁾, com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) nº 150/95 ⁽⁴⁾, e, nomeadamente, o nº 3 do seu artigo 3º,

Considerando que o Regulamento (CE) nº 3223/94 prevê, em aplicação dos resultados das negociações comerciais multilaterais do «Uruguay Round», os critérios para a fixa-

ção pela Comissão dos valores forfetários de importação dos países terceiros, relativamente aos produtos e períodos que especifica no seu anexo;

Considerando que, em aplicação dos supracitados critérios, os valores forfetários de importação devem ser fixados nos níveis constantes em anexo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

Os valores forfetários de importação referidos no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 3223/94 são fixados como indicado no quadro constante do anexo.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor em 21 de Junho de 1996.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 20 de Junho de 1996.

Pela Comissão

Franz FISCHLER

Membro da Comissão⁽¹⁾ JO nº L 337 de 24. 12. 1994, p. 66.⁽²⁾ JO nº L 307 de 20. 12. 1995, p. 21.⁽³⁾ JO nº L 387 de 31. 12. 1992, p. 1.⁽⁴⁾ JO nº L 22 de 31. 1. 1995, p. 1.

ANEXO

do Regulamento da Comissão, de 20 de Junho de 1996, que estabelece os valores forfetários de importação para a determinação do preço de entrada de certos frutos e produtos hortícolas

<i>(ECU/100 kg)</i>			<i>(ECU/100 kg)</i>		
Código NC	Código países terceiros (!)	Valor forfetário de importação	Código NC	Código países terceiros (!)	Valor forfetário de importação
0702 00 35	052	75,8		284	72,1
	060	80,2		388	80,9
	064	100,2		400	77,1
	066	41,7		404	63,6
	068	62,3		416	72,7
	204	86,8		508	87,4
	208	44,0		512	72,3
	212	97,5		524	63,9
	624	95,8		528	72,7
	999	76,0		624	86,5
ex 0707 00 25	052	55,3		728	107,3
	053	156,2		800	78,0
	060	61,0		804	86,1
	066	53,8		999	79,7
	068	69,1	0809 10 30	052	144,4
	204	144,3		061	51,3
	624	87,1	064	105,3	
	999	89,5	400	338,0	
	0709 10 20	220	317,0	999	159,7
		999	317,0	0809 20 49	052
0709 90 77	052	44,8	061		182,0
	204	77,5	064		144,0
	412	54,2	068		262,6
	624	151,9	400		272,2
	999	82,1	600		94,9
	0805 30 30	052	134,0	624	288,1
204		88,8	676	166,2	
220		74,0	999	196,6	
388		72,3	0809 30 31, 0809 30 39	052	63,1
400		68,2		220	121,8
512		54,8		624	106,8
520		66,5	999	97,2	
524		100,8	0809 40 20	052	73,2
528		63,1		064	64,4
600		84,0		066	84,9
624		48,9		068	61,2
999		77,8		400	175,7
0808 10 61, 0808 10 63, 0808 10 69		039		112,1	624
	052	64,0	676	68,6	
	064	78,6	999	98,0	

(!) Nomenclatura dos países fixada pelo Regulamento (CE) nº 68/96 da Comissão (JO nº L 14 de 19. 1. 1996, p. 6). O código «999» representa «outras origens».

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

PARLAMENTO EUROPEU

DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

de 17 de Abril de 1996

que dá quitação à Comissão quanto à execução do orçamento geral das Comunidades Europeias para o exercício de 1994 no que se refere às secções I — Parlamento, II — Conselho, III — Comissão, IV — Tribunal de Justiça, V — Tribunal de Contas e VI — Comité Económico e Social/Comité das Regiões

(96/377/CECA, CE, Euratom)

O PARLAMENTO EUROPEU,

- Tendo em conta o Tratado CECA, em especial o seu artigo 78ºG,
- Tendo em conta o Tratado CE, em especial o seu artigo 206º,
- Tendo em conta o Tratado CEEA, em especial o seu artigo 180ºB,
- Tendo em conta o orçamento geral para o exercício de 1994,
- Tendo em conta a conta de gestão e o balanço financeiro das Comunidades Europeias relativos ao exercício de 1994 [SEC (95) 0252-0255],
- Tendo em conta o relatório anual do Tribunal de Contas relativo ao exercício de 1994, acompanhado das respostas das instituições⁽¹⁾,
- Tendo em conta a declaração de fiabilidade relativa às actividades incluídas no orçamento geral para o exercício de 1994 e o relatório especial a ele referente⁽²⁾,
- Tendo em conta a recomendação do Conselho de 11 de Março de 1996 (C4-0200/96),
- Tendo em conta o relatório da comissão do controlo orçamental e os pareceres da comissão da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da energia, da comissão das relações económicas externas, da comissão dos assuntos sociais e do emprego, da comissão da política regional, da comissão para a cultura, a juventude, a educação e os meios de comunicação social, da comissão para o desenvolvimento e a cooperação, da comissão dos direitos da mulher, da comissão do meio ambiente, da saúde pública e da defesa do consumidor, da comissão dos transportes e do turismo e da comissão das pescas (A4-0098/96),

⁽¹⁾ JO nº C 303 de 14. 11. 1995.

⁽²⁾ JO nº C 352 de 30. 12. 1995, pp. 5 e 11.

1. Consta que as receitas e despesas autorizadas para o exercício de 1994 importavam em:

	ecus	ecus
— Receitas: previsões inscritas no orçamento geral		68 610 339 266,53
— das quais EFTA-EEE	196 145 639,00	
— Dotações para autorizações		
— dotações autorizadas por conta do orçamento geral	71 985 522 043,78	
— dotações transitadas de 1993	637 016 557,26	
— dotações reconstituídas na sequência da anulação em 1994 de dotações autorizadas antes de 1994	167 514 123,00	
— dotações reconstituídas a partir do reembolso de depósitos	27 201 813,00	
— dotações correspondentes a receitas de serviços executados por conta de terceiros	57 534 010,62	
		<u>72 874 788 547,66</u>
— Dotações para pagamento		<u>70 714 035 029,78</u>

2. Dá quitação à Comissão quanto à execução dos seguintes montantes:

	ecus	ecus
a) Receitas: orçamento geral		66 002 143 762,76
— das quais: EFTA-EEE	90 665 277,00	
b) Despesas		
— pagamentos do exercício dos quais: EFTA-EEE	58 553 476 133,92	
— dotações transitadas para o exercício de 1995	88 555 615,08	
— transição CES	1 354 148 390,57	
	<u>1 500 000,00</u>	
		<u>59 909 124 624,49</u>
c) Saldo do exercício de 1994		<u>6 540 476 460,89</u>
Calculado da forma seguinte:		
— receitas do exercício		66 002 143 762,76
— pagamentos por conta de dotações do exercício dos quais: EFTA-EEE	58 553 476 133,92	
— dotações transitadas para 1995	88 555 615,08	
— transição CES	1 354 148 390,57	
	<u>1 500 000,00</u>	
		— 59 909 124 524,49
Diferença		6 093 019 238,27
— dotações transitadas de 1993 e que foram anuladas		+ 443 046 131,52
— diferenças de câmbio no exercício de 1994		+ 4 435 276,08
— despesas a mais em conta de dotações não diferenciadas transitadas:		
— Comissão		— 16 026,48
— outras instituições		— 8 158,50
Saldo do exercício 1994		6 540 476 460,89
Este saldo reflecte apenas a situação contabilística e não inclui as despesas efectivamente suportadas durante o exercício		
d) Utilização das dotações para autorizações		<u>67 586 575 144,30</u>
e) Balanço em 31 de Dezembro de 1994		
	ACTIVO (ecus)	PASSIVO (ecus)
Valores imobilizados	13 615 379 169,72	
Valores de exploração	99 037 185,03	
Valores realizáveis	1 887 768 218,55	
Contas de tesouraria	11 406 167 753,34	
Contas de regularização	716 309 360,59	
TOTAL	<u>27 724 661 687,23</u>	
Capitais permanentes		20 479 644 586,24
Passivo a curto prazo		5 434 968 014,07
Contas de tesouraria		1 296 251 709,24
Contas de regularização		513 797 377,68
TOTAL		<u>27 724 661 687,23</u>

3. Admite que ainda têm que ser efectuadas as verificações finais das despesas do FEOGA comunicadas pelos Estados-membros, pelo que os montantes ainda poderão ter que ser corrigidos;
4. Reserva-se, por conseguinte, o direito de reanalisar os montantes precedentes na parte relativa à despesa da secção «Garantia» do FEOGA à luz da decisão de apuramento de contas relativa ao exercício de 1994, que será transmitida ao Parlamento Europeu para decisão complementar a esta decisão de quitação;
5. Regista as suas observações na resolução que é parte integrante da presente decisão;
6. Encarrega o seu presidente de transmitir a presente decisão e a resolução que contém as suas observações à Comissão, ao Conselho, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Comité Económico e Social, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento, bem como de promover a respectiva publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (série L).

O Secretário-Geral
Enrico VINCI

O Presidente
Klaus HÄNSCH

RESOLUÇÃO

que contém as observações que fazem parte integrante da decisão pela qual dá quitação à Comissão quanto à execução do orçamento geral das Comunidades Europeias para o exercício de 1994

O PARLAMENTO EUROPEU,

- Tendo em conta o artigo 206º do Tratado que institui a Comunidade Europeia,
 - Tendo em conta o artigo 89º do regulamento financeiro de 18 de Setembro de 1995⁽¹⁾, nos termos do qual incumbe às instituições comunitárias tomar todas as medidas necessárias para dar seguimento às observações constantes das decisões de quitação,
 - Considerando que, nos termos do mesmo artigo, incumbe também às Instituições, a pedido do Parlamento, apresentar relatório sobre as medidas tomadas no seguimento dessas observações e, designadamente, sobre as instruções dadas aos serviços responsáveis pela execução do orçamento,
 - Tendo em conta a recomendação do Conselho de 11 de Março de 1996 (C4-0200/96),
 - Tendo em conta o relatório da comissão do controlo orçamental e os restantes documentos referidos na decisão de quitação (A4-0098/96),
- não sejam adiantadas propostas construtivas para melhorar a gestão;

4. Acolhe favoravelmente as observações ocasionais por parte do Conselho relativamente à inobservância ou à insuficiente observância das disposições comunitárias pelos Estados-membros, por exemplo no domínio do ambiente e dos contratos de direito público no âmbito dos fundos estruturais, pois são os Estados-membros que têm plena responsabilidade pela violação das normas existentes; exprime todavia a sua desilusão pela falta de uma estratégia eficaz do Conselho para tratar deste problema;
5. Apela à Comissão para que desempenhe as atribuições que lhe são cometidas pelos Tratados, assegurando que a despesa da União seja gerida em pleno cumprimento da legislação da União; lamenta, neste particular, a atitude pouco enérgica adoptada pela Comissão em relação aos Estados-membros que ignoram as suas obrigações legais; insiste em que a Comissão use plenamente os meios de que dispõe para assegurar que as dotações sejam validamente despendidas e os interesses financeiros da União sejam plenamente acautelados;

Questões gerais

1. Congratula-se com o espírito de cooperação construtiva entre a Comissão e o Tribunal de Contas, dentro dos limites das respectivas funções e competências nos termos dos Tratados, que é visível no relatório anual relativo ao exercício de 1994⁽²⁾ e que só pode ser benéfico para a execução do orçamento da União;
2. Nota os esforços feitos pela Comissão para pôr em prática um sistema de sã e eficiente gestão financeira (SEM 2000) destinado a conferir uma maior eficiência às despesas efectuadas com o dinheiro do contribuinte europeu; declara que o êxito da iniciativa só poderá ser avaliado em função dos seus resultados práticos nos próximos exercícios;
3. Nota porém mais uma vez que, na prática, 80 % do orçamento da União é gerido pelos Estados-membros, pelo que não é concebível qualquer melhoria significativa e duradoura da execução do orçamento se em paralelo não forem feitos esforços enérgicos a nível nacional, regional e local; deplora que as recomendações do Conselho em matéria de quitação pelo exercício de 1994 não tenham em conta esse facto e que

A declaração de fiabilidade (DAS)

6. É de opinião que a declaração de fiabilidade (DAS) emitida por força do Tratado da União Europeia virá propiciar uma sã gestão financeira e melhorar a execução do orçamento pela Comissão;
7. Nota que, enquanto que a gestão das dotações para autorizações não levantou problemas importantes em 1994, já o tratamento das dotações para pagamentos deu azo a muitos erros, de forma e de fundo, que não podem ser ignorados pela autoridade de quitação;
8. Solicita à Comissão que passe a incluir nas contas da União Europeia uma conta sob a designação de «montantes especificados sujeitos a processo de reposição», especificando os casos concretos e os subtotais, com base nos erros de fundo detectados pelo Tribunal de Contas; solicita além disso à Comissão que informe a autoridade orçamental sobre as medidas tomadas em relação a cada caso;
9. Solicita ao Tribunal de Contas que, atendendo aos recursos disponíveis, considere seriamente a possibilidade de produzir declarações de fiabilidade em relação às políticas sectoriais específicas ou à despesa efectuada pelos individualizados;

⁽¹⁾ JO nº L 240 de 7. 10. 1995, p. 1.

⁽²⁾ JO nº C 303 de 14. 11. 1995.

Recursos próprios

10. Considera que a Comissão e os Estados-membros devem reforçar o seu controlo sobre a colocação à disposição e o estatuto aduaneiro das mercadorias nas fronteiras externas da União; solicita à Comissão um relatório sobre estas questões;
11. Solicita à Comissão que apresente um relatório anual sobre a cobrança compulsiva pelos Estados-membros de todo o tipo de montantes devidos ao orçamento comunitário;
12. Reserva a sua posição sobre o regime de trânsito comunitário, enquanto aguarda as conclusões da sua comissão de inquérito sobre o regime de trânsito;

Despesa agrícola

13. Nota que, apesar das medidas adoptadas no contexto da reforma da política agrícola comum, o peso da despesa agrícola no orçamento para 1994 aumentou 1,3 % em relação ao ano precedente;
14. Lamenta, mais uma vez, a grande divergência entre as estimativas orçamentais e a despesa efectiva no sector agrícola; é de opinião que tais diferenças não podem ser explicadas exclusivamente pela ocorrência de imprevistos (condições climáticas, doenças, etc.); insta por conseguinte a Comissão a adoptar um maior rigor nas medidas de gestão, nomeadamente em relação aos capítulos cuja despesa repetidamente excede a despesa prevista, e que trabalhe em estreita ligação com os Estados-membros no aperfeiçoamento das previsões que servem de base ao orçamento;
15. Solicita à Comissão que, enquanto não for tomada uma decisão sobre o montante da penalidade a aplicar pelas práticas incorrectas que ocorreram na Irlanda na indústria de transformação de carne de bovino, assegure que as autoridades irlandesas cumpram plenamente o disposto no Regulamento (CEE) nº 2456/93, que visa garantir o bom funcionamento do mercado da carne de bovino;
16. Insta a Comissão a garantir que as autoridades francesas apliquem na Alta Córsega os regulamentos relativos às ajudas especiais para as regiões montanhosas e ao prémio por vaca em aleitamento, bem como a encontrar uma solução satisfatória para o problema da restituição dos prémios pagos indevidamente; afirma que o Parlamento prestará particular atenção a estas questões no âmbito do processo de apuramento de contas;
17. Deplora a diminuição da taxa de utilização das dotações destinadas ao co-financiamento dos controlos das despesas do FEOGA-Garantia, e convida o Conselho a adoptar quanto antes o regulamento proposto pela Comissão sobre a realização de programas de acção dos Estados-membros no

domínio dos controlos das despesas do FEOGA, a fim de que o mesmo possa entrar em vigor em 1996;

Organização comum do mercado das frutas e produtos hortícolas

18. Deplora as taxas particularmente elevadas de retirada do mercado de certas frutas e produtos hortícolas (taxas que chegam a cerca de 60 % e a uma despesa de cerca de 400 milhões de ecus em 1994); observa que a importância dessas taxas não traduz apenas um desperdício de recursos económicos mas também problemas de natureza ecológica, que contribuem para manchar a imagem da União Europeia, mesmo sabendo-se que a organização comum do mercado (OCM) dos frutos e produtos hortícolas absorve apenas 4,5 % do total do volume das despesas do FEOGA-Garantia;
19. Deplora o grande número de erros encontrados pelo Tribunal de Contas e cometidos sistematicamente em vários Estados-membros na aplicação das normas comunitárias da OCM das frutas e produtos hortícolas, com o consequente pagamento de ajudas demasiado elevadas;
20. Convida a Comissão a verificar os casos mencionados pelo Tribunal de Contas no quadro do apuramento de contas e a, se for caso disso, retirar as conclusões financeiras adequadas contra os Estados-membros em questão;
21. Convida os Estados-membros a aplicarem rigorosamente as disposições da futura OCM, e solicita à Comissão que reduza os adiantamentos mensais pagos no quadro do FEOGA-Garantia aos Estados-membros que não respeitam as normas da OCM;
22. Solicita à Comissão que reforce os meios materiais afectados ao controlo da aplicação da OCM, institua um regime de controlos sistemáticos e preveja um quadro mais amplo de colaboração entre os inspectores comunitários e os inspectores nacionais;
23. Solicita ao Tribunal de Contas que acompanhe a implementação da futura OCM e apresente um relatório especial sobre as condições de execução, bem como sobre os efeitos da reforma efectuada, nos três anos subsequentes à respectiva entrada em vigor;

Política da pesca

24. Solicita à Comissão que analise os regimes jurídicos em vigor, a fim de adaptar a regulamentação comunitária à situação real dos mercados e às especificidades do mercado comunitário do atum;
25. Insta a Comissão a levar a cabo, em 1996, em colaboração com as autoridades competentes dos Estados-membros, as missões de controlo referidas no relatório do Tribunal de Contas, bem como a informar o Parlamento Europeu sobre os respectivos resultados;

26. Convida a Comissão a proceder a uma análise da política aduaneira actual relativa ao atum, a fim de a adaptar melhor às necessidades e realidades do sector, equilibrando os interesses dos produtores e dos transformadores;

Fundos estruturais

27. Verifica que o exercício de 1994 mostra, além de problemas já conhecidos, uma evolução preocupante, susceptível de levar nos próximos anos a grandes dificuldades administrativas, orçamentais e políticas na política estrutural;

28. Considera que a Comissão deve adoptar, com as necessárias modificações do regulamento, uma abordagem integrada contendo os seguintes elementos:

— reforço do papel dos comités de acompanhamento, para que estes controlem efectivamente a observância das disposições comunitárias e o progresso e gestão dos projectos; recorda, a este respeito, os pontos de vista expressos na resolução sobre a quitação relativa ao exercício de 1989,

— estabelecimento de critérios de selecção e de outros processos que permitam um melhor controlo da observância das disposições comunitárias, nomeadamente no domínio do ambiente e dos contratos de direito público, bem como do progresso e da gestão dos projectos,

— o recurso ao artigo 24º (eventualmente alterado) do Regulamento (CEE) nº 2082/93, que leve efectivamente, em caso de não observância das regras, à redução, suspensão ou cancelamento do apoio concedido;

29. Considera que há que rever os métodos de trabalho internos da Comissão susceptíveis de implicar um enfraquecimento formal ou prático das disposições ou da gestão comunitárias;

30. Considera que as actuais lacunas da regulamentação, como as que se referem aos juros obtidos e às atribuições e obrigações dos organismos intermediários, devem ser colmatadas;

31. Considera que o instrumento das subvenções globais não deve ser utilizado para conceder empréstimos;

32. Considera que devem ser fixadas aos diversos fundos prioridades mais claramente definidas e distintas, e que há que dar uma maior atenção à fase de aprovação dos projectos, por exemplo estudando ou mandando estudar as alternativas existentes ou possíveis e atribuindo um maior peso às recomendações das direcções-gerais directamente envolvidas;

33. Apela à Comissão para que honre o seu compromisso de transmitir ao Parlamento relatórios regulares sobre

a utilização dos fundos estruturais, por fundo, objetivo e quadro comunitário de apoio, mostrando em cada um dos casos o desempenho relativo dos Estados-membros;

34. Solicita à Comissão, e especialmente aos Estados-membros, que façam um esforço no sentido de melhorar o ritmo de apresentação de projectos e programas, a fim de se evitar a acumulação de autorizações nos últimos meses de exercício, o que implica um sério risco de decisões precipitadas e, consequentemente, de ocorrência de erros;

35. Exige da Comissão uma execução muito mais rigorosa da iniciativa comunitária INTERREG, recordando que a sua finalidade é a cooperação transfronteiriça e não apenas o desenvolvimento económico das zonas elegíveis, o que pode ser alcançado através de outras intervenções, nomeadamente dos quadros comunitários de apoio;

Fundo Social Europeu

36. Solicita um maior esforço para melhorar a transparência dos processos de comunicação e decisão, para que os Estados-membros se não possam servir da «Europa» para desviar a atenção das suas próprias falhas na execução dos quadros comunitários de apoio;

37. Reafirma a intenção de continuar a acompanhar a execução do FSE, visando evitar qualquer repercussão negativa dos actuais problemas na preparação adequada da reforma dos fundos estruturais e aplicar após 1999;

38. Solicita à Comissão que tome medidas para evitar os frequentes atrasos no pagamento das dotações do FSE aos beneficiários finais, atrasos esses devidos ao desejo dos organismos intermediários de acumularem juros desproporcionados;

39. Apela uma vez mais à Comissão para que continue a acompanhar a aplicação do princípio da adicionalidade e a exercer para esse efeito a sua influência sobre os Estados-membros no sentido de assegurar a disponibilidade de toda a informação necessária para garantir a transparência;

Políticas internas

40. Observa que a execução das dotações para autorizações relativas ao conjunto das políticas orçamentais que se integram na categoria 3 das perspectivas financeiras não suscitou problemas relevantes, excepto no que respeita à rubrica relativa à luta contra a fraude no domínio da investigação (B6-480), que a UCLAF é formalmente convidada a utilizar nos exercícios seguintes;

41. Reitera o pedido ao tribunal de Contas no sentido de incluir no seu relatório anual um capítulo sobre as políticas internas da União no seu conjunto, em que sejam também tratadas as questões comuns às várias actividades financiadas no âmbito da categoria 3 das perspectivas financeiras;
42. Assinala que uma primeira análise dos acontecimentos com repercussões judiciais ocorridos no sector do Turismo, bem como dos mecanismos de selecção e gestão examinados pelo Tribunal de Contas no contexto do programa LIFE e do terceiro programa-quadro de investigação, suscita sérias dúvidas sobre a transparência dos processos aplicados no âmbito dos financiamentos directos e das subvenções;
43. Observa, em particular, que o exercício da responsabilidade da Comissão na selecção dos projectos a financiar ou dos beneficiários de subvenções não se encontra regulamentado por disposições completas que garantam:
- a publicidade das iniciativas de financiamento,
 - a definição de critérios e parâmetros de selecção (sempre que possível qualificados),
 - o estabelecimento de listas de classificação dos candidatos, e
 - a harmonização dos contratos;
44. Receia que estas lacunas em matéria de regulamentação gerem confusão e abusos ao nível da selecção dos projectos, restrinjam o alcance da fiscalização interna e impeçam os candidatos aos financiamentos de recorrer para o Tribunal de Justiça para fazerem valer os seus interesses legítimos;
45. Decide, assim empreender uma iniciativa tendente a uma reforma radical dos financiamentos directos e das subvenções a todos os níveis (legislação sectorial e financeira, bem como organização administrativa), no intuito de assegurar a transparência dos processos e a protecção dos legítimos interesses dos requerentes, se bem que em observância do carácter comunitário das políticas financiadas;
46. Solicita por conseguinte ao Tribunal de Contas que lhe apresente um relatório sobre a fiabilidade dos processos de selecção e gestão no sector dos financiamentos directos e das subvenções; insiste, neste contexto, em que as opiniões da UCLAF e da DG XX da Comissão (Controlo financeiro) se reflectam integralmente na resposta da Comissão ao Tribunal de Contas;
47. Reserva-se o direito de, à luz dos relatórios acima referidos e de quaisquer outros elementos úteis de que venha a ter conhecimento, ponderar a oportunidade de criar uma comissão de inquérito para o sector em causa;
48. Declara que vai fazer um exame minucioso de toda a regulamentação existente sobre a matéria, no contexto dos processos legislativos em curso e futuros, para garantir uma regulamentação tão completa quanto possível;
49. Convida a Comissão a dar seguimento às observações do Tribunal de Contas nos domínios do ambiente e da investigação e, em particular, às que constam dos pontos 6.12 a 6.17 e 9.10 a 9.15 do relatório anual;
50. Solicita à Comissão que elabore uma base jurídica para os subsídios destinados às organizações de consumidores e verifique se os subsídios concedidos são rentabilizados;
51. Solicita à Direcção «Saúde pública» da DG V e à Direcção-Geral «Política dos consumidores» que elaborem relatórios anuais idênticos aos elaborados pela Direcção-Geral «Ambiente, segurança nuclear e protecção civil»;
52. Convida a Comissão a assegurar uma melhor taxa de utilização de dotações para pagamentos em áreas como a segurança dos transportes (artigo B2-702) e o transporte combinado (artigo B2-706), áreas às quais o Parlamento sempre deu grande prioridade;
- Concessão e contracção de empréstimos*
53. Solicita à sua comissão do controlo orçamental e ao Banco Europeu de Investimento que estabeleçam um comité de ligação informal, constituído por um pequeno número de representantes de cada uma das instituições, que proporcione um fórum para trocas de pontos de vista e informação no âmbito da competência do Parlamento em matéria de controlo orçamental;
54. Reitera a sua exigência de que, para efeitos de auditoria, o Tribunal de contas tenha pleno acesso às operações do Fundo Europeu de Investimento (FEI), a fim de poder informar a autoridade orçamental sobre as questões relativas ao orçamento comunitário; solicita porém à Comissão, ao BEI e ao Tribunal de Contas que negociem um acordo com o Parlamento Europeu sobre o tratamento da informação assim obtida, a fim de garantir que os interesses dos investidores e mutuários do FEI serão protegidos;
55. Observa que os recursos do fundo de garantia são insuficientes para fazer face às necessidades potenciais e que o seu mecanismo de financiamento coloca na prática um limite excessivamente baixo ao montante de empréstimos que a Comunidade pode conceder no exterior; preconiza, por conseguinte, as seguintes medidas:
- o aumento dos recursos orçamentais disponíveis para financiar o fundo de garantia e a revisão das perspectivas financeiras necessária para o efeito,
 - o estabelecimento do montante-objectivo para o fundo de garantia com base na análise contínua do risco da carteira de empréstimos, conjuntamente com um sistema de financiamento flexível adequado,

— a redução de 100 % para 75 % da garantia concedida ao BEI nos empréstimos aos países da Europa Central e Oriental e da bacia do Mediterrâneo;

56. Lamenta que o Tribunal de Contas tenha que continuar a apreciar negativamente a gestão do financiamento atribuído aos trabalhos de reconstrução pós-sísmica em Itália desde 1980; solicita à Comissão que reveja a sua decisão de reafectar os fundos não utilizados e inicialmente destinados à reconstrução pós-sísmica a um outro projecto já concluído dez anos antes, e que acorde com as autoridades italianas a atribuição do respectivo montante a um projecto que seja elegível e se encontre em curso de execução;

Combate à fraude

57. Lamenta a fraca utilização das dotações de algumas rubricas essenciais do combate à fraude, como o B1-360 e a B2-5190 no sector agrícolas, a B6-480 na investigação, etc.; solicita à Comissão que assegure a utilização integral de todas as rubricas orçamentais do combate à fraude, e que considere, eventualmente em cooperação com os Estados-membros, as medidas necessárias para aumentar a capacidade de utilização dessas rubricas pelos mesmos;

58. Encarrega os seus gabinetes externos de informarem regularmente a sua comissão do controlo orçamental dos casos de fraude com dotações comunitárias referidos na comunicação social dos Estados-membros, e de lhe transmitir o material relevante (recortes de imprensa, vídeos, etc.);

Cooperação com os países mediterrânicos, os países em vias de desenvolvimento e outros países terceiros

59. Exorta a Comissão a abolir as restrições e condições supérfluas relativas à utilização dos fundos que concede para o apoio ao ajustamento estrutural nos países do Sul e do Leste do Mediterrâneo, nomeadamente prevendo a possibilidade de renunciar aos programas de importações sempre que o comércio externo dos países beneficiários esteja suficientemente liberalizado e que as suas moedas sejam livremente convertíveis e transferíveis e substituindo esses programas por apoio directo às suas balanças de pagamentos;

60. Solicita à Comissão que desenvolva e oriente mais eficazmente os seus procedimentos de supervisão e controlo e que reforce, através de reafecções internas, os recursos humanos afectados aos programas de apoio ao ajustamento estrutural, disponibilizando efectivos suplementares que disponham dos conhecimentos e experiência necessários para efectuar as análises orçamentais e financeiras exigidas por cada país

beneficiário e para garantir a compatibilidade das estratégias orçamentais com os programas de reformas económicas;

Política Externa e de Segurança Comum (PESC)

61. Verifica que o Conselho, ao tomar decisões de natureza financeira relativas a acções comuns que se inserem no âmbito da política externa e de segurança comum (PESC), restringiu o direito da Comissão de executar o orçamento sob a sua própria responsabilidade e, conseqüentemente, também o direito de o Parlamento, exigir da Comissão que esta assumia plenas responsabilidades pela sua execução; salienta que este facto dá origem a uma lacuna no processo de quitação, pela qual o Conselho é o único responsável;

62. Salienta, em particular, que o processo de atribuição de fundos por *tranches*, adoptado pelo Conselho no âmbito da acção comum de Mostar, conduziu a atrasos desnecessários e a procedimentos administrativos complicados e diferentes dos habituais, que tiveram como consequência a falta de transparência e um controlo difícil;

63. Solicita ao Conselho que, no futuro, no que diz respeito às decisões relacionadas com o PESC, respeite plenamente as disposições financeiras estabelecidas no Tratado e o orçamento comunitário; lamenta o facto de a recomendação do Conselho relativa à quitação pelo exercício de 1994 nem sequer comentar o financiamento da PESC nesse ano;

64. Solicita à Comissão que apresente, até 1 de Setembro de 1996, um relatório sobre todos os aspectos financeiros da PESC e suas implicações institucionais e que, no interesse de uma transparência total, faça igualmente referência ao papel e à importância das contribuições dos Estados-membros para o seu financiamento;

65. Reitera o pedido formulado ao Tribunal de Contas na sua resolução de 15 de Novembro de 1994⁽¹⁾ de apresentação de um parecer sobre as condições de execução das despesas relativas à PESC; espera que esse aspecto da PESC seja tratado exaustivamente no âmbito do relatório que o Tribunal está actualmente a elaborar sobre a PESC; salienta a necessidade de que esse relatório seja apresentado a tempo de poder ser tido em conta no âmbito das deliberações da Conferência intergovernamental;

Programa PHARE

66. Solicita à Comissão que assegure:

— uma descrição das funções e das responsabilidades de todos os elementos da estrutura de gestão do programa (especialmente as delegações),

⁽¹⁾ JO nº C 341 de 5. 12. 1994, p. 37.

- um pessoal suficiente e tecnicamente qualificado para as delegações, criando para tal um «serviço diplomático» próprio que garanta uma verdadeira mobilidade do pessoal,
 - uma regulamentação clara sobre as condições e a competência do pessoal local das delegações,
 - a autonomia financeira (orçamentos locais e limites de despesa) das delegações e o poder dos delegados para aprovarem projectos, tendo em devida atenção a localização da delegação, o posto e a experiência do delegado, etc.,
 - uma delimitação clara e explícita das responsabilidades administrativas do pessoal estatutário, do pessoal temporário e dos consultores externos,
 - a racionalização das unidades de gestão dos projectos em função da análise das verdadeiras necessidades de gestão;
67. Solicita à Comissão que apresente até 30 de Setembro de 1996 um documento de estratégia que defina o papel do programa PHARE na preparação dos países da Europa Central e Oriental para a adesão à União Europeia;
68. Solicita uma abordagem activa por parte da Comissão quanto à definição e aprovação dos projectos, nomeadamente a fixação de condições destinadas a garantir resultados concretos, a difusão dos conhecimentos técnicos e a durabilidade de efeitos a médio prazo dos projectos do PHARE em todos os sectores;

Programa TACIS

69. Solicita à Comissão que especifique sem ambiguidade, em relação às funções inerentes à gestão do TACIS:
- quais devem ser da exclusiva competência das autoridades públicas e desempenhadas apenas por funcionários do Estado,
 - quais podem ser desempenhadas por pessoal ao serviço da Comissão sem a qualidade de funcionário, sob a supervisão de funcionários,
 - quais podem ser subcontratadas sujeitas a supervisão,
- solicita ainda à Comissão que diga qual o pessoal necessário para cada categoria de trabalho;
70. Solicita à Comissão que abra delegações permanentes, com competências bem definidas, em todos os países beneficiários de assistência do TACIS, e que assegure que as mesmas disponham de pessoal suficiente composto por funcionários devidamente qualificados;

para tal, entende que a Comissão deve recrutar esses funcionários em regime de mobilidade obrigatória; solicita à Comissão que lhe apresente um relatório, até 31 de Julho de 1996, sobre as medidas que tenciona tomar para cumprir estas condições;

71. Solicita à Comissão que dê maior atenção à sustentabilidade a médio prazo dos projectos quando os aprova, nomeadamente sendo mais exigente com os beneficiários em relação ao desempenho dos projectos, ao seu acompanhamento e à difusão dos resultados, e condicionando os projectos a outras formas de apoio e assistência, como os empréstimos do BEI/BERD, o financiamento por parte de instituições de crédito locais, a tomada de participações no capital, etc.;
72. Solicita à Comissão que efectue uma avaliação estratégica de carácter global sobre as realizações do TACIS até ao presente, em termos políticos, sociais e económicos (sectoriais e macroeconómicos), e que proponha os objectivos estratégicos do programa para os próximos cinco anos; solicita que tal avaliação esteja à sua disposição antes de aprovar o parecer sobre o novo regulamento do TACIS;
73. Manifesta a sua preocupação quanto ao perigo da fraude, especialmente por parte do crime organizado, para o programa TACIS; salienta a importância de verificar as credenciais dos candidatos aos contratos do TACIS e de acompanhar o destino dado aos dinheiros durante a execução do contrato; solicita, além disso, à Comissão que tenha uma atitude firme em relação a quaisquer acusações de fraude em que sejam visados os seus próprios funcionários;

Despesa administrativa

74. Solicita à Comissão que lhe apresente, antes da primeira leitura do orçamento para 1997, um relatório sobre todo o conjunto de medidas tomadas para assegurar uma gestão financeira e administrativa adequada a) das delegações exteriores e b) dos activos (com exclusão da investigação) da Comissão;
75. Solicita ao Tribunal de Contas que elabore um relatório sobre os cursos de línguas organizados no Luxemburgo para os funcionários da União Europeia, com particular referência ao concurso de 1994, e que forneça uma avaliação da eficácia do actual sistema;
76. Solicita à Comissão interinstitucional sobre o processamento de dados que efectue um estudo comparativo sobre as informações das instituições comunitárias disponíveis nas bases de dados da União Europeia, a fim de eliminar sobreposições e/ou duplicações de esforços.

DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU
de 17 de Abril de 1996
que dá quitação à Comissão quanto à gestão da CECA no exercício de 1994
(96/378/CECA)

O PARLAMENTO EUROPEU,

— Tendo em conta os montantes a seguir especificados, que fazem parte das contas da CECA em 31 de Dezembro de 1994 ⁽¹⁾, o relatório do Tribunal de Contas de 29 de Junho de 1995, segundo o qual as demonstrações financeiras apresentam uma imagem fiel da situação financeira da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 31 de Dezembro de 1994, e os resultados das operações da CECA no exercício findo na mesma data,

1. Dá quitação à Comissão quanto à gestão da CECA no exercício de 1994 com base nos seguintes montantes, relativos à execução do orçamento administrativo para o exercício de 1994;
2. Encarrega o seu presidente de transmitir a presente decisão e a resolução de que constam as suas observações ao Conselho, à Comissão, ao Tribunal de Contas e ao Comité consultivo da CECA, e de promover a sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (série L).

⁽¹⁾ JO nº C 244 de 21. 9. 1995, pp. 10 e 36.

Balanço da CECA em 31 de Dezembro de 1994

(Montantes em ecus)

ACTIVO	
	31 de Dezembro de 1994
Depósitos junto dos bancos centrais	1 568 013
Créditos sobre instituições de crédito	3 824 637 480
Créditos sobre a clientela	3 719 792 996
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 623 567 580
Activos corpóreos e incorpóreos	11 491 861
Outros activos	13 518 424
Contas de regularização	<u>290 270 762</u>
TOTAL DO ACTIVO	9 484 847 117
Responsabilidades extrapatrimoniais	4 082 907 357
PASSIVO	
	31 de Dezembro de 1994
Dívidas a instituições de crédito	2 580 249 457
Dívidas representadas por títulos	3 990 856 078
Outros passivos	469 666 079
Contas de regularização	236 035 314
Provisões para riscos e encargos	42 266 409
Autorizações a imputar ao orçamento operacional CECA	<u>1 360 466 550</u>
Total das responsabilidades face a terceiros	8 679 539 887
Provisões para o financiamento do orçamento operacional	143 425 758
Reservas	655 302 519
Reserva de reavaliação	4 911 688
Resultados transitados	100 023
Resultados do exercício	<u>1 567 242</u>
Total da situação líquida	805 307 230
TOTAL DO PASSIVO	9 484 847 117
Responsabilidades extrapatrimoniais	6 323 533 611

Conta de ganhos e perdas referentes ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1994

(Montantes em ecus)

CUSTOS

	31 de Dezembro de 1994
Juros e encargos equiparados	841 807 108
Comissões pagas	1 744 846
Perdas resultantes de operações financeiras	77 326 076
Despesas de administração	5 000 000
Correcções de valor sobre activos corpóreos	1 394 234
Outros encargos de exploração	409 499
Correcções de valor sobre créditos e provisões	<u>37 030 378</u>
Total dos custos operacionais	964 712 141
Perdas em empréstimos concedidos	1 284 910
Custos extraordinários	41 420 097
Diferenças de conversão	5 772 717
Responsabilidades jurídicas do exercício	386 435 194
Dotação das provisões para financiamento do orçamento operacional	<u>42 913 745</u>
Total dos custos	1 442 538 804
Resultado do exercício	<u>1 567 242</u>
TOTAL	1 444 106 046

PROVEITOS

	31 de Dezembro de 1994
Juros e proveitos equiparados	991 726 279
Benefícios resultantes de operações financeiras	23 271 322
Correcções de valor sobre créditos e sobre provisões	30 581 596
Outros proveitos de exploração	<u>3 702 522</u>
Total dos proveitos operacionais	1 049 281 719
Correcções da reserva de reavaliação	5 772 717
Proveitos ligados ao orçamento operacional	208 901 704
Correcção das provisões para financiamento do orçamento operacional	178 149 906
Correcção do fundo de garantia/da reserva especial	<u>2 000 000</u>
TOTAL DOS PROVEITOS	1 444 106 046

Execução do orçamento operacional CECA

(Montantes em ecus)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

	31 de Dezembro de 1994
<i>Despesas</i>	
Despesas administrativas	5 000 000
Compromissos jurídicos	386 435 194
Diversos	32 598 462
Total	424 033 656
<i>Receitas</i>	
Imposição	107 666 996
Multas	1 350
Bonificações	4 676 172
Diversos	200 500
Anulação de compromissos jurídicos	63 252 475
Transferência do excedente do orçamento anterior	60 195 571
Receitas extraordinárias para o financiamento do orçamento operacional	22 000 000
Utilização da reserva orçamental para imprevistos	91 954 337
Saldo líquido do exercício	115 000 000
Total	464 947 401
RESULTADOS DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	40 913 745

DETERMINAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	31 de Dezembro de 1994
Resultados das operações não orçamentais após dedução do saldo líquido afectado no orçamento operacional	- 1 360 948
Resultado da execução do orçamento	40 913 745
Utilização da reserva especial	2 000 000
Total	41 552 797
Dotação das provisões para riscos e encargos	- 1 071 810
Dotação das provisões para o financiamento do orçamento operacional	- 40 913 745
Utilização das provisões para o financiamento do orçamento operacional	4 000 000
Dotação das receitas extraordinárias do orçamento 1994/1995	- 2 000 000
RESULTADOS ANTES DA APLICAÇÃO	1 567 242

O Secretário-Geral
Enrico VINCI

O Presidente
Klaus HÄNSCH

DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

de 17 de Abril de 1996

de concessão de quitação ao Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Dublim) pela execução do seu orçamento para o exercício de 1994

(96/379/CE)

O PARLAMENTO EUROPEU,

- Tendo em conta o Tratado CE e, designadamente, o seu artigo 206º,
 - Tendo em conta as contas de gestão e o balanço financeiro da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, assim como o relatório do Tribunal de Contas sobre esta matéria (C4-0565/95)⁽¹⁾,
 - Tendo em conta a recomendação do Conselho de 11 de Março de 1996 (C4-0197/96),
 - Tendo em conta o relatório da comissão do controlo orçamental (A4-0082/96),
1. Toma nota dos seguintes valores das contas da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho:

Exercício de 1994

(ecus)

	1994	1993
<i>Receitas</i>	11 459 602,98	11 564 999,71
1. Subvenção da Comissão	11 240 000,00	11 240 000,00
2. Juros bancários	134 337,39	238 986,94
3. Receitas diversas	85 265,59	86 012,77
<i>Despesas</i>		
1. Dotações orçamentais finais	11 610 000,00	11 500 000,00
2. Autorizações	10 362 419,42	11 200 943,17
3. Dotações não utilizadas	1 247 580,58	299 056,83
4. Pagamentos	8 301 557,70	8 345 502,16
5. Dotações transitadas de 1993	2 855 441,01	1 900 858,40
6. Pagamentos contra dotações transitadas	2 550 137,42	1 697 642,18
7. Dotações transitadas e anuladas (5-6)	305 303,59	203 216,22
8. Dotações transitadas para 1995	2 060 861,72	2 855 441,01
9. Dotações anuladas (1-4-8)	1 247 580,58	299 056,83

2. Recomenda uma vez mais a designação de um auditor financeiro a tempo parcial para a Fundação, a desempenhar funções sob a supervisão do auditor financeiro da Comissão, a fim de reduzir o recurso excessivo ao fundo para adiantamentos; sugere que esta reforma seja generalizada aquando da revisão global da regulamentação financeira aplicável a todas as agências externas da Comunidade Europeia;
3. Solicita ao Conselho de Administração da Função que respeite as disposições do seu regulamento financeiro em matéria de transferência de dotações;
4. Solicita à Fundação que reveja a sua política de detenção de grandes saldos de tesouraria e que, de futuro, proceda a levantamentos da subvenção da Comissão de forma mais estreitamente relacionada com as suas reais necessidades de realizar despesas;

⁽¹⁾ JO nº C 354 de 30. 12. 1995, p. 8.

5. Continua a considerar essencial evitar duplicações entre as actividades da Fundação e as actividades da Comissão e outros órgãos comunitários com mandatos de carácter análogo; toma nota da intenção da Comissão de informar o Parlamento Europeu sobre a integração e a organização das actividades da União nos domínios em questão, bem como de apresentar, quando necessário, propostas destinadas a assegurar uma maior complementaridade e rentabilidade; e solicita-lhe uma vez mais que o faça;
6. Espera que seja alcançada uma solução definitiva para as dificuldades há muito existentes no que diz respeito à propriedade do terreno ocupado pela Fundação; solicita à Fundação que o informe logo que estejam concluídas as formalidades necessárias para a aquisição do terreno em regime de locação;
7. Dá quitação ao Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho pela execução do seu orçamento para o exercício de 1994, com base no relatório do Tribunal de Contas;
8. Encarrega o seu presidente de transmitir a presente decisão ao Conselho de Administração da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho, ao Conselho, à Comissão e ao Tribunal de Contas, e de promover a sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (série L).

O Secretário-Geral

Enrico VINCI

O Presidente

Klaus HÄNSCH

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

de 17 de Abril de 1996

que recusa a quitação à Comissão quanto à execução dos Fundos Europeus de Desenvolvimento relativa ao exercício de 1994

(96/380/CE)

O PARLAMENTO EUROPEU,

- Tendo em conta o Tratado CE,
 - Tendo em conta a Quarta Convenção ACP-CEE ⁽¹⁾,
 - Tendo em conta os balanços financeiros e contas dos sexto e sétimo Fundos Europeus de Desenvolvimento relativos ao exercício de 1994 [COM(95)0180],
 - Tendo em conta o relatório do Tribunal de Contas relativo ao exercício de 1994 e as respostas das instituições ⁽²⁾,
 - Tendo em conta a declaração de fiabilidade relativa às actividades das contas do sexto e sétimo Fundos Europeus de Desenvolvimento para o exercício de 1994, assim como o relatório especial respectivo e as respostas da Comissão ⁽³⁾,
 - Tendo em conta as recomendações do Conselho de 11 de Março de 1996 (C4-0198/96 e C4-0199/96) ⁽⁴⁾,
 - Tendo em conta o relatório da comissão do controlo orçamental e o parecer da comissão para o desenvolvimento e a cooperação (A4-0096/96),
- A. Considerando que o Tribunal de Contas não pôde emitir uma declaração positiva sobre a fiabilidade das actividades do sexto e sétimo FED em relação ao exercício de 1994,

1. Partilha da opinião expressa pelo Tribunal de Contas segundo a qual os problemas que continuam a caracterizar a gestão financeira dos Fundos Europeus de Desenvolvimento praticada pela Comissão podem em grande parte ser atribuídos ao quadro regulamentar em que os mesmos são geridos e, nomeadamente, ao facto de não constituírem, do ponto de vista legal, uma despesa da Comunidade e não serem geridos de acordo com as disposições orçamentais normais;
2. Reitera a sua opinião segundo a qual o facto de o Parlamento Europeu ser chamado a tomar uma decisão anual de quitação em relação aos FED sem que simultaneamente disponha das competências orça-

mentais e das competências legislativas correspondentes constitui uma situação anómala; entende que esta situação deixou de poder ser tolerada, nomeadamente atendendo aos factos que estão a vir a lume no processo de quitação em curso;

3. Considera que o controlo democrático da despesa executada ao abrigo dos Fundos Europeus de Desenvolvimento se encontra seriamente comprometido pelo quadro regulamentar que os rege; a partir deste momento, recusa-se a ser cúmplice na criação de qualquer ilusão de controlo através da concessão de quitação ou de, pelo mesmo acto, assumir qualquer responsabilidade por um sistema sobre o qual não pode legislar;
4. Reclama novamente a integração dos FED na secção da cooperação para o desenvolvimento do orçamento geral das Comunidades Europeias;
5. Relembra aos Estados-membros que são eles os primeiros responsáveis pela criação da situação insatisfatória descrita nesta resolução;
6. Reconhece as tentativas feitas pela Comissão no sentido de melhorar a gestão financeira do FED dentro do quadro regulamentar actual, e encoraja-a a prosseguir essas melhorias; entende, no entanto, que tais melhorias não podem ser mais do que superficiais enquanto o quadro regulamentar não for modificado;
7. Lamenta que a Comissão tenha subsidiado a actividade da Fundação Cultural sem uma fiscalização adequada da utilização dos recursos financeiros que lhe foram atribuídos, sem exigir a devida justificação de muitas das verbas solicitadas e sem informar a autoridade de quitação do FED da existência de sérios problemas financeiros no momento em que estes surgiram; considera que o contribuinte europeu sofreu com isso um prejuízo considerável;
8. Lamenta que a Comissão tenha utilizado recursos públicos no montante total de 738 606 ecus para liquidar a Fundação Cultural, pagar aos seus credores e cobrir os seus custos conexos com pessoal; nota, além disso, que nenhuma obrigação legal impunha à Comissão tal decisão, que teve, por conseguinte, um carácter exclusivamente político; manifesta o seu total desacordo com essa decisão;

⁽¹⁾ JO nº L 229 de 17. 8. 1991.⁽²⁾ JO nº C 303 de 14. 11. 1995.⁽³⁾ JO nº C 352 de 30. 12. 1995, pp. 93 e 97.⁽⁴⁾ JO nº L 68 de 19. 3. 1996, pp. 30 e 31.

9. Entende que um dos motivos importantes que permitiram à Comissão ter o comportamento que teve no caso da Fundação Cultural foi o facto de os procedimentos do FED não assegurarem actualmente a transparência e a responsabilidade perante a autoridade de quitação;
10. Recusa a quitação à Comissão quanto à execução dos sexto e sétimo Fundos Europeus de Desenvolvimento em relação ao exercício de 1994;
11. Encarrega o seu presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão e ao Tribunal de Contas, e de promover a sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (série L).

O Secretário-Geral
Enrico VINCI

O Presidente
Klaus HÄNSCH

RECTIFICAÇÕES

Rectificação ao Regulamento (CE) nº 1102/96 da Comissão, de 19 de Junho de 1996, que altera o Regulamento (CE) nº 1474/95 e fixa as quantidades disponíveis para os pedidos apresentados a partir de 15 de Maio de 1996

(«Jornal Oficial das Comunidades Europeias» nº L 146 de 20 de Junho de 1996)

Na página 30:

— no título:

em vez de: «15 de Maio de 1996»,

deve ler-se: «21 de Junho de 1996»,

— no terceiro considerando:

em vez de: «15 de Maio de 1996»,

deve ler-se: «21 de Junho de 1996»,

— no artigo 2º:

em vez de: «de 15 a 24 de Maio de 1996»,

deve ler-se: «de 21 a 30 de Junho de 1996»,

— no artigo 3º:

em vez de: «31 de Agosto de 1996»,

deve ler-se: «30 de Setembro de 1996»,

— no artigo 4º:

em vez de: «O presente regulamento entra em vigor em 15 de Maio de 1996»,

deve ler-se: «O presente regulamento entra em vigor em 21 de Junho de 1996».